

Relatório de Sustentabilidade 2014





Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE 3

COMO LER ESTE RELATÓRIO 4

PERFIL ORGANIZACIONAL 9

VISÃO DE SUSTENTABILIDADE 22

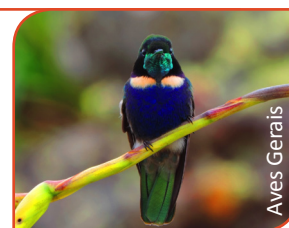
GOVERNANÇA CORPORATIVA 29

DESEMPENHO SOCIAL 34

DESEMPENHO AMBIENTAL 53

DESEMPENHO ECONÔMICO 63

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI 67





Mensagem do Presidente

A Manabi tem no compromisso com a atuação sustentável e na conservação ambiental os direcionamentos prioritários do seu planejamento – tanto para seu projeto de estrutura logística, composto por porto, mineroduto e ferrovia; quanto para a extração mineral. Nesse sentido, a elaboração do seu terceiro Relatório de Sustentabilidade é fundamental para o reporte das ações focadas na sustentabilidade que são consideradas pela empresa desde sua fundação, em 2011. Reforçando nossa preocupação com o tema, a Manabi segue como signatária do Pacto Global, ação que integra seus esforços na busca por uma atuação que valorize a sustentabilidade durante toda sua trajetória.

O ano de 2014 foi marcado por avanços e conquistas significativas da Manabi, que possibilitam a continuidade da estruturação dos nossos projetos sempre visando agregar benefícios, com maior eficiência na aplicação dos investimentos.

Recebemos a licença prévia (LP) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam-MG), que aprova a localização, concepção e viabilidade socioambiental da mineração em Morro do Pilar (MG). Ela é resultado dos esforços da empresa em criar uma estrutura de engenharia e sustentabilidade de referência no mercado nacional, aliada a um diálogo próximo e transparente com todas as partes interessadas e envolvidas (*stakeholders*), que culminou na manifestação favorável ao projeto por representantes públicos e comunidade em geral.

Outro destaque do ano foi a celebração de um Acordo de Investimentos e um Contrato de Transporte com a Vale S.A., na capacidade desta de concessionária responsável pela operação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Os contratos reforçam a competitividade do projeto da Manabi, com a ampliação das oportunidades logísticas, capitaneadas pelo desenvolvimento de um porto multicarga localizado em Linhares (ES), que já está em fase avançada de engenharia e de obtenção da licença prévia (LP).

Em um ano marcado pela queda substancial no preço de venda do minério de ferro, a empresa, a exemplo de todo o mercado, busca se adequar ao novo cenário econômico mundial. Para isso, a Manabi se ampara em dois fatores fundamentais que, aliados ao compromisso de uma atuação sustentável, são capazes de manter seus projetos com potencial atrativo para sua execução: a capacidade logística criada com o desenvolvimento de um porto ligado à uma eficiente ferrovia, que poderá dar destino à produção própria de minério de ferro e também escoar cargas de terceiros, e a produção de minério de ferro premium (68,5% de teor metálico de ferro e níveis reduzidos de contaminantes).

Nas páginas a seguir, você conhecerá as principais ações que marcaram essa trajetória e os nossos planos para o futuro.

Boa Leitura!

Ricardo Antunes
Diretor-Presidente



COMO LER ESTE RELATÓRIO

The background is a solid orange color. In the upper right, the title 'COMO LER ESTE RELATÓRIO' is written in white, bold, uppercase letters. A thin white horizontal line is positioned just below the first line of the title. In the lower half of the image, there are three large, thin, white curved lines that sweep from the left towards the right, creating a sense of movement and design.



A publicação do Relatório de Sustentabilidade da Manabi S.A. é anual e segue as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua versão G4, modelo Essencial. Neste documento, estão informações sobre a gestão de sustentabilidade da Manabi no ano financeiro de 2014 e perspectivas para 2015.

Terceiro Relatório de Sustentabilidade produzido pela Manabi – a publicação anterior apresentou dados referentes ao ano de 2013 –, este material inclui informações sobre todos os projetos da

empresa: Morro do Pilar, Morro Escuro, mineroduto, Porto Norte Capixaba e ferrovia, sendo a última apresentada pela primeira vez neste documento.

Apesar de ser obrigatório somente a partir de 2016 (ano-base 2015), a Manabi optou pelo modelo mais atual da GRI (G4) na busca por assegurar a consistência técnica ao processo de delimitação dos conteúdos mais relevantes para serem abordados.

O desempenho é apresentado em três perspectivas: Social, Econômica e Ambiental.

MATERIALIDADE

Para a definição da matriz de materialidade, foram envolvidos representantes do público interno da Manabi, uma vez que a empresa se encontra em fase pré-operacional, de elaboração dos projetos e preparação para implantação.

O processo teve início com uma reflexão sobre temas extraídos das diretrizes da GRI, documentos internos da Manabi e referências externas em sustentabilidade no setor de mineração.

Dessa forma, os temas destacados neste documento levam em conta a forma como a empresa os considera dentro da gestão e elaboração dos projetos. Eles contemplam os impactos para os negócios da empresa – a curto, médio e longo prazo – e às comunidades onde os empreendimentos estarão inseridos.

Para chegar aos temas mais materiais, fizemos uma avaliação qualitativa de dois eixos principais: “Influência do tema na avaliação e decisão de *stakeholders*” e “Importância do tema em termos de impactos econômicos, ambientais e sociais da organização”. Adicionalmente, cada aspecto de sustentabilidade passou por avaliação de riscos existentes (potenciais e/ou reais) e sua localização (se dentro das operações da empresa ou fora das operações), conforme recomendação GRI. Por isso, os temas “Combate a corrupção”, “Comunidades locais” e “Mudanças Climáticas e Desempenho Econômico” tiveram abordagem que considera o impacto dentro da empresa na fase de desenvolvimento dos projetos, uma vez que têm influência direta na viabilidade das operações após a implantação.



Além disso, cada tema teve sua relevância classificada de acordo com os projetos da Manabi com que estão diretamente relacionados, levando em conta o plano para a implantação de cada empreendimento. Desse modo, aspectos como “Comunidades Locais” foram considerados de alta relevância para todos os projetos da empresa, uma vez que tanto as comunidades que residem na região da mina, mineroduto, ferrovia e porto – e a forma de influência que os projetos exercerão sobre elas – são consideradas de extrema relevância para que a Manabi defina seu plano de implantação.

A análise também contemplou os principais públicos de relacionamento

impactados para cada um dos aspectos abordados, que foram considerados para a abordagem e respostas aos indicadores ao longo deste relatório.

Participaram da discussão gestores e profissionais das áreas de Meio Ambiente, Relacionamento com Comunidades, Institucional e Recursos Humanos da empresa.

Por fim, uma lista de dez temas materiais foi definida e validada internamente pela diretoria da Manabi, por meio de seus gerentes gerais de Administração e Sustentabilidade e diretores de Desenvolvimento Logístico e de Operação. Itens de perfil e indicadores GRI podem ser encontrados a partir da página 68.

A empresa optou por não submeter o documento à verificação externa. Revisado por consultoria especializada, ele cumpre os critérios da GRI no modelo Essencial, incluindo alguns indicadores do Suplemento Setorial Mineração e Metais da GRI e serve como ferramenta de comunicação de progresso para o Pacto Global. As informações publicadas neste relatório são verdadeiras e de responsabilidade dos gestores e profissionais da Manabi, responsáveis pelo repasse dos dados apresentados neste documento.



TEMAS RELEVANTES



TEMAS RELEVANTES	ELOS DA CADEIA (PROJETOS MANABI)				LIMITES (DENTRO E FORA)		PARTES INTERESSADAS AFETADAS
1					X		Acionistas/Investidores; Colaboradores
2					X	X	Comunidades Locais
3						X	Comunidades Locais
4					X	X	Comunidades Locais; Acionistas/Investidores; Colaboradores
5						X	Comunidades Locais; Acionistas/Investidores; Meio Ambiente; Sociedade
6						X	Comunidades Locais; Meio Ambiente
7						X	Comunidades Locais; Meio Ambiente
8						X	Fornecedores; Comunidades Locais
9						X	Comunidades Locais; Prefeituras
10						X	Comunidades Locais; Meio Ambiente



Mina



Mineroduto



Ferrovia



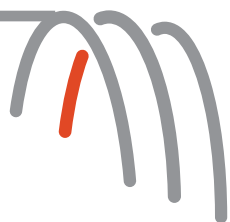
Porto



O município de Morro do Pilar (MG), onde a Manabi planeja erguer mina com capacidade produtiva de 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano

PERFIL ORGANIZACIONAL

Three white curved lines of varying lengths and positions, sweeping from the bottom left towards the right side of the page, creating a sense of movement and design.



A Manabi no Brasil

A Manabi S.A. – também chamada de Manabi neste relatório – é uma empresa brasileira do ramo de mineração e logística fundada em 2011. Atualmente em fase de pré-operação, conduz suas atividades com recursos provenientes de aporte de capital de investidores e tem sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de escritórios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A empresa pretende oferecer uma opção logística para o escoamento do minério produzido no Brasil. Isso será possível pela construção de uma ampla estrutura, formada por porto, mineroduto e ferrovia, que integra o projeto da empresa.

A Manabi também planeja produzir minério de ferro de alta qualidade (*pellet feed*), com teor de ferro que chegará a 68,5% +Fe. Para cumprir esta meta, um importante passo foi dado

em 2014, quando a empresa obteve Licença Prévia, emitida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam-MG) em 10 de novembro, que aprova a localização, concepção e viabilidade socioambiental da mina de minério de ferro da planta de processamento e instalações do projeto Morro do Pilar, na cidade mineira de mesmo nome. A licença prévia, além de atestar a viabilidade ambiental e social do projeto, estabelece os requisitos básicos e as condicionantes que devem ser atendidas para que a Manabi possa se submeter à obtenção da Licença de Instalação para a implementação do projeto.

Como principal desafio do empreendimento, está a prioridade assumida pela Manabi de conduzir um projeto que promova desenvolvimento socioeconômico aliado à proteção ambiental nas regiões onde será implantado.

SOLUÇÃO LOGÍSTICA

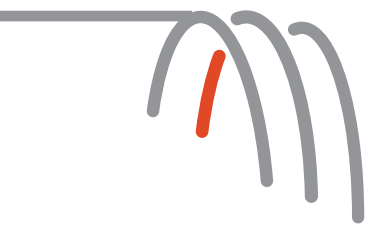
A construção de uma completa estrutura logística será conduzida pela Manabi. É composta por um mineroduto com mais de 500 quilômetros de extensão, que ligará Morro do Pilar ao Porto Norte Capixaba, localizado na cidade de Linhares (ES); e por um trecho ferroviário de 80 quilômetros de comprimento, que ligará o porto à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Dessa forma, a Manabi terá disponível uma infraestrutura para o escoamento do minério próprio e do produzido por outras empresas, o que permitirá o abastecimento tanto do mercado interno quanto externo. Assim, o projeto contribui para ampliar a infraestrutura logística hoje disponível no país.

Conheça em detalhes cada um dos projetos:

MINERODUTO

Com 511 quilômetros de extensão, o mineroduto da Manabi passará por 23 cidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ligando o projeto Morro do Pilar ao Porto Norte Capixaba. A estrutura terá tubulação de 26 polegadas de diâmetro, com a instalação de dutos de espessura reforçada em regiões consideradas ambientalmente mais sensíveis. Ferramentas de apoio, como duas estações de bombeamento e duas estações de válvulas para controle da velocidade de transporte da polpa, também integram o projeto do empreendimento.





PORTO NORTE CAPIXABA

Previsto para o município de Linhares, no Espírito Santo, o terminal portuário da Manabi estará em uma localização estratégica para contribuir com o desenvolvimento da região Norte do estado. Uma área de 596,69 hectares está disponível para a instalação do projeto, que será off shore, localizado a 2,5 quilômetros da praia. Dessa forma, a única ocupação na faixa de praia serão as estacas da ponte, uma vez que o quebra-mar também será construído distante da terra, assegurando mínimos impactos na área de instalação do empreendimento.

Modalidade de porto operado em alto mar, ao largo da costa.



FERROVIA

Com cerca de 80 quilômetros de extensão, o trecho ferroviário que será construído pela Manabi ligará a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) à área do Porto Norte Capixaba. Por meio de um contrato firmado em agosto de 2014 com a Vale S.A., será possível transportar até 25 milhões de toneladas/ano de minério de ferro por este ramal. A ação englobou um Acordo de Investimentos e um Contrato de Transporte e os termos e condições para o transporte por um período de 20 anos. Com o acordo, a Manabi ampliou seu projeto logístico, interligando seu porto a um dos principais meios ferroviários para o transporte de minério do país.





O PELLET FEED DA MANABI

O minério de ferro de alta qualidade (*pellet feed*) da Manabi resultará da aplicação de modernas tecnologias de concentração, que permitirão que se tenha um produto final com teor de 68,5% +Fe.

A busca pelos processos mais adequados permitirá a geração de um produto com excelentes características e que diminuem os impactos ambientais no seu uso. Com a aplicação do processo de flotação para o tratamento de minério (separação das impurezas), o *pellet feed* terá uma produção com baixa geração de SOx e NOx quando for usado na siderurgia.



O minério de ferro produzido pela Manabi tem potencial para comercialização no Brasil e no mercado internacional, em países do Oriente Médio, Venezuela e Estados Unidos. A relação está associada à alta disponibilidade de gás natural nessas regiões. O gás é o principal componente necessário para a realização do processo de **redução direta** para a geração de aço, para o qual o *pellet feed* da Manabi tem utilização desejável pelo alto teor de ferro concentrado.

Método que elimina a etapa de alto-forno – comumente realizada na indústria siderúrgica para a geração de ferro-gusa. A redução direta permite a utilização de uma composição formada por gás natural para reagir diretamente com o minério. Do processo, resulta um material com as mesmas funções do gusa, que conta, no entanto, com maior índice de pureza, sem o uso de carvão, geração de escória e outros impactos ambientais.

Em 2014, a empresa possuía 91 direitos minerários, localizados na região contígua ao Quadrilátero Ferrífero, no centro do estado de Minas Gerais. Já foram certificados 1,6 bilhão de toneladas de minério relativo ao projeto Morro do Pilar, entre recursos medidos, indicados e inferidos de acordo com o padrão canadense NI-43 101. O potencial estimado é de 2,8 bilhões de toneladas.

"Logística é hoje um problema enfrentado por todo Brasil e aqui no estado não é diferente. Esse projeto vai ajudar a alavancar a economia do norte, que não tem porto. Sem contar que, no futuro, o que é produzido aqui na região poderá ser exportado por Linhares, o que hoje é feito pelo porto em Vitória."

Diones Lopes, estudante de Engenharia Elétrica da Faculdade Pitágoras de Linhares (ES)*

OS PROJETOS MINERÁRIOS DA MANABI

Projeto Morro do Pilar – 25 milhões de toneladas de minério de ferro. Essa é a capacidade anual de produção estimada da mina que a Manabi planeja erguer na cidade mineira de Morro do Pilar. O minério extraído com teor de ferro próximo a 30% será transformado em um *pellet feed* com teor de 68,5% de ferro após o tratamento pela empresa.

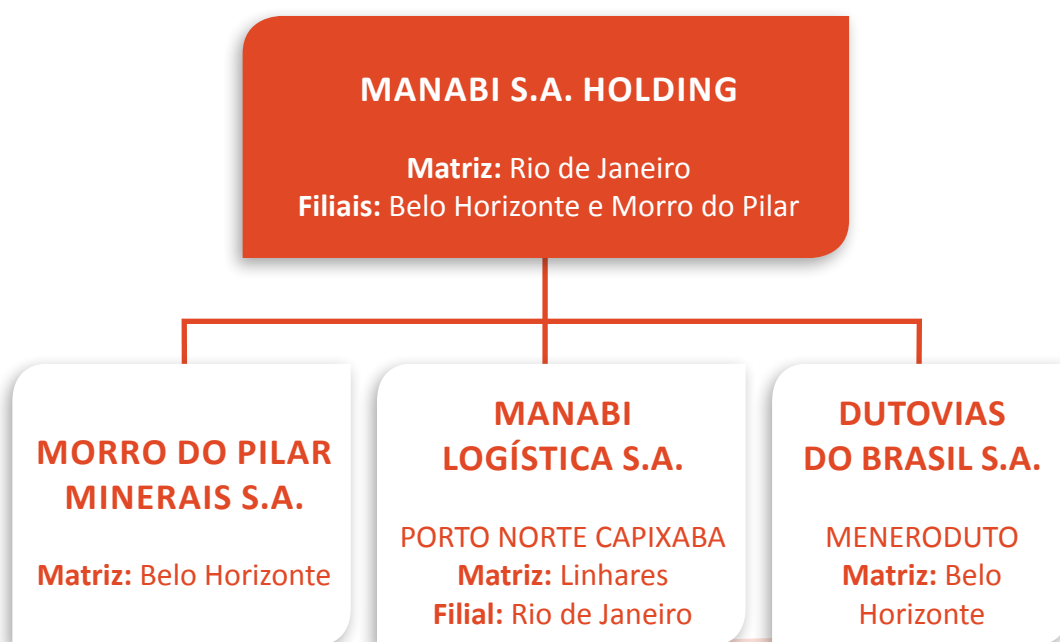


Projeto Morro Escuro – Localizada a 40 quilômetros de Morro do Pilar, a mina Morro Escuro está localizada no município de Santa Maria de Itabira e tem produção estimada em 6 milhões de toneladas por ano. A expectativa é que o material, que se assemelha ao extraído na mina vizinha, siga para abastecimento do mercado interno.

* Ao longo das páginas deste Relatório de Sustentabilidade da Manabi são apresentados, depoimentos de representantes diversos das comunidades onde os empreendimentos serão implantados. Eles refletem os resultados do diálogo próximo que pauta a conduta da empresa na condução de seus projetos.

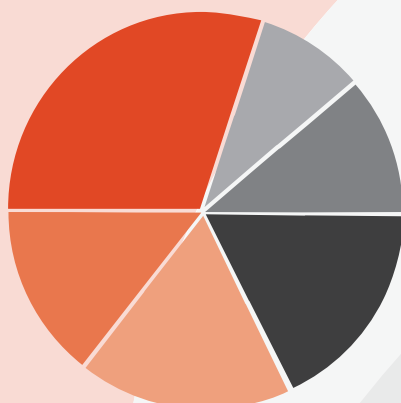
ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Manabi tem sua estrutura societária constituída pelas subsidiárias Morro do Pilar Minerais S.A. (“Mopi”), Manabi Logística S.A. (“Manabi Log”) e Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”).



ESTRUTURA ACIONÁRIA

Capital levantado – US\$850M



29% OUTROS

14,7% FÁBRICA HOLDING

17,8% ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN

9,7% SOUTHEASTERN ASSET MANAGEMENT

11,5% EIG – GLOBAL ENERGY PARTNERS

17,3% KOREA INVESTMENT CORPORATION



INVESTIDORES

Com capital aberto, mas com ações ainda não negociadas, a Manabi desenvolve suas atividades com recursos provenientes de aporte de capital dos investidores.

Os principais fatos relacionados à empresa – como novos acordos e contratos firmados e obtenção de licenciamentos – são protocolados nos sites da Companhia (www.manabibrasil.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e enviados aos acionistas. O fluxo dessa comunicação segue os preceitos da CVM e as melhores práticas de governança corporativa. Ainda nesse sentido, a empresa assegura a correta relação com os investidores com a adesão por todos os empregados contratados à Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e à Política de Negociação de Valores Mobiliários, realizada no momento em que ingressam na empresa.

Em 2014, Fatos Relevantes publicados pela Manabi englobaram um contrato de adesão firmado pela empresa com a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), formalizando a autorização para a construção e exploração do Porto Norte Capixaba de Linhares (ES); o contrato firmado com a Vale S.A. para a construção de 80 quilômetros de ferrovia (pág. 12); e a obtenção da licença prévia para operação do projeto Morro do Pilar (pág. 39).

PORTE DA ORGANIZAÇÃO

Na Manabi, todos os empregados estão alocados na região Sudeste do país, onde se concentram as atividades da empresa. A equipe tem contrato por prazo indeterminado e atua em regime de tempo integral.

Como reflexo do estágio atual da empresa – ainda em fase de projetos e licenciamento ambiental –, o quadro de empregados experimenta variações em relação ao número de contratações e ao perfil da equipe, adequados a cada etapa do empreendimento. Em função da conclusão dos estudos para obtenção da licença prévia para a operação do projeto

Morro do Pilar e ao direcionamento de equipes para o desenvolvimento dos projetos de logística, a Manabi registrou redução de cerca de 35% no quadro de empregados entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014. Ao todo, cerca de 60 desligamentos foram realizados no período, sem o registro de reclamações trabalhistas no processo.

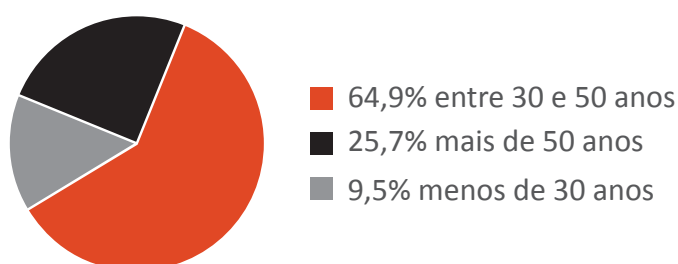
Como encontra-se em fase de pré-operação, a empresa ainda não comercializou o minério de ferro, que será seu produto final, ou operou seu porto, mineroduto e ferrovia para o atendimento do mercado durante o período abrangido por este relatório.

Perfil quanto à faixa etária, gênero, grau de escolaridade e estado civil

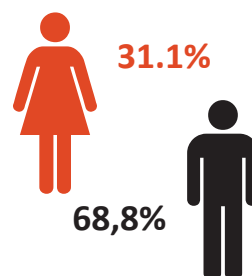
Total de empregados (dez/2014): 68

Terceiros: 55 empregados

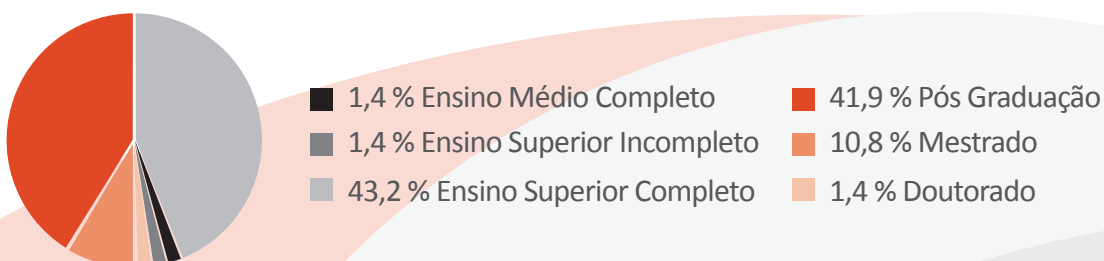
POR FAIXA ETÁRIA (%)



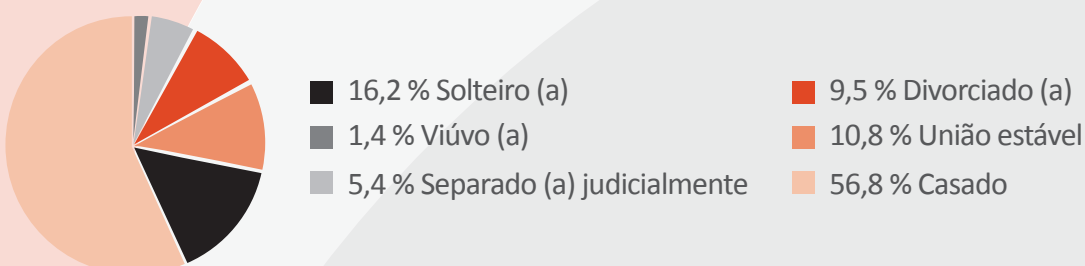
GÊNERO



POR GRAU DE ESCOLARIDADE (%)



POR ESTADO CIVIL (%)





PRESENÇA DE MERCADO

Para a remuneração da equipe, a Manabi considera o salário mínimo determinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro (R\$724 em 2014) e o piso salarial da categoria profissional (R\$924 em 2014). Entre a equipe, o menor salário mensal pago no período foi de R\$1.872. A remuneração individual é definida levando em conta as atividades desenvolvidas por cada empregado e sua formação

e experiência profissional, sem diferenciação entre gêneros ou raça.


Por se encontrar em fase de planejamento, a empresa ainda não possui unidades operacionais em funcionamento nas localidades onde seus empreendimentos serão instalados. Dessa forma, a contratação de profissionais para cargos gerenciais nas comunidades locais não é contemplada nessa etapa do projeto.

RESPONSABILIDADE NA CADEIA DE FORNECEDORES

Em fase pré-operacional, a Manabi conta, desde o início da elaboração do projeto, com o apoio de **empresas parceiras** (leia mais na pág. 20). Nessa etapa, os profissionais são responsáveis por colaborar principalmente na condução das propostas de engenharia e estudos socioambientais, atuando em parceria com os empregados da Manabi nas ações que antecedem o início das obras de implantação.

Para a operação, a empresa prevê a ampliação de sua cadeia de fornecedores, que passará a englobar organizações diretamente ligadas à logística e à mineração, áreas fins de atuação da Manabi. A definição do modelo de contratação de fornecedores e avaliação de riscos que possam decorrer da operação dos projetos será realizada pela empresa durante o período de implantação, quando

Em 2014, a Manabi contou com a atuação em parceria de 196 empresas, sediadas em dez estados do país. Desse total, Minas Gerais foi o estado com o maior número de fornecedores contratados (104), seguido do Rio de Janeiro (39), Espírito Santo (25) e São Paulo (20). O investimento na contratação de fornecedores ao longo do ano de 2014 foi de R\$89.532.805,56.



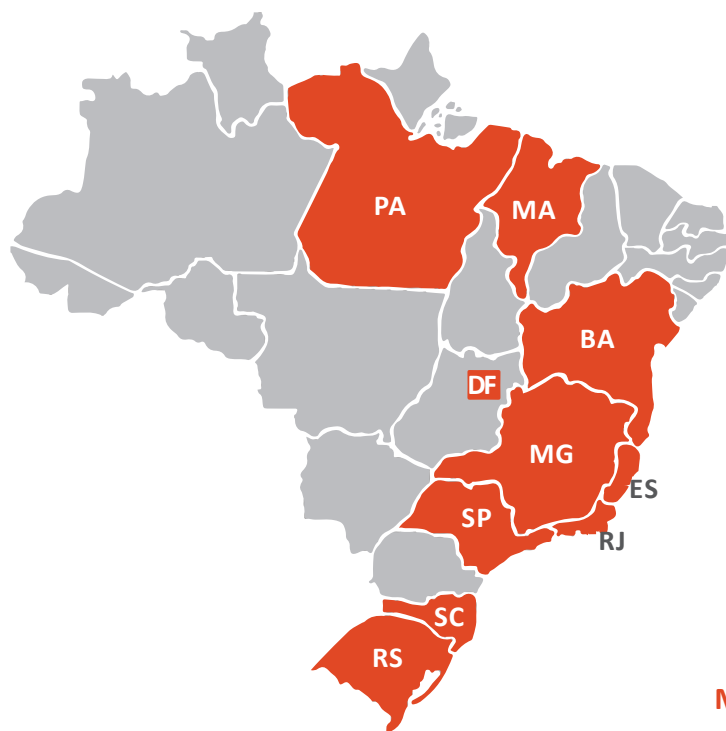
haverá a possibilidade de se trabalhar antecipadamente essas definições, assim como identificar riscos ligados a perda, custos, receita, qualidade, relacionamento com a comunidade e a aspectos legais.

Como um direcionamento que permitirá a orientação dos fornecedores, principalmente durante o período de implantação, a empresa criou o documento Diretrizes para Fornecedores. Ao longo de 140 páginas, estão descritas orientações para a conduta ambiental e social das empresas parceiras, que deverão seguir os valores que direcionam a ação da Manabi. Contratação de pessoal, acomodações, critérios de distribuição de alojamentos, comunicação com a imprensa, público interno e gestão de crises são alguns dos assuntos abordados no material. Também em destaque no documento, está o repúdio

e a intolerância aos trabalhos infantil e escravo, aspectos determinados no Código de Conduta da Manabi que foram replicados no Manual de Diretrizes para Fornecedores. São definidas, ainda, a forma de monitoramento da Manabi em relação ao cumprimento das diretrizes, bem como encaminhamentos em caso de descumprimentos. As empresas contratadas estão sujeitas a auditorias internas para verificação da estrutura da equipe, condições de trabalho e negociações coletivas, previstas para serem realizadas a partir de uma matriz de análise de fornecedores que será montada levando em conta as fases de implantação e operação dos empreendimentos. Com os direcionamentos, a Manabi espera garantir a máxima segurança das operações realizadas pelos prestadores de serviços em todas as etapas do desenvolvimento dos seus projetos.

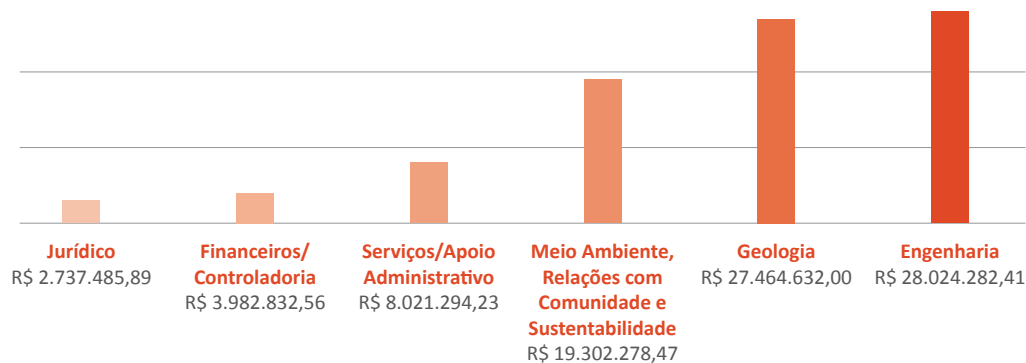
RELAÇÃO DE FORNECEDORES POR ESTADOS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Total de fornecedores contratados em 2014: 196



PARÁ: 1 (Serviços/Apoio Administrativo)
RIO GRANDE DO SUL: 1 (Engenharia)
SANTA CATARINA: 1 (Engenharia)
BAHIA: 1 (Sustentabilidade)
MARANHÃO: 2 (Sustentabilidade / Engenharia)
DISTRITO FEDERAL: 2 (Jurídico / Sustentabilidade)
SÃO PAULO: 20 (Geologia / Serviços-Apoio Administrativo / Engenharia / Jurídico / Financeiros-Controladoria / Sustentabilidade)
ESPÍRITO SANTO: 25 (Jurídico / Financeiros-Controladoria / Serviços-Apoio Administrativo / Sustentabilidade / Engenharia)
RIO DE JANEIRO: 39 (Serviços-Apoio Administrativo / Jurídico / Financeiro-Controladoria / Sustentabilidade / Engenharia)
MINAS GERAIS: 104 (Financeiros-Controladoria / Jurídico / Serviços-Apoio Administrativo / Sustentabilidade / Engenharia / Geologia)

INVESTIMENTOS EM FORNECEDORES POR SEGMENTOS DE ATUAÇÃO



DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES LOCAIS

Como parte do seu compromisso de fomentar o desenvolvimento econômico das regiões em que atua, a Manabi realizou, em 2014, um mapeamento e cadastro preliminar de empreendimentos da região de Linhares, onde será implantado o Porto Norte Capixaba. O objetivo foi identificar possíveis fornecedores para atuarem na fase de construção do porto (mecânica, gestão de recursos, fornecimento de matéria-prima, entre outros), atingindo 75 empresas locais neste primeiro momento. Para os próximos anos, a empresa pretende ampliar o cadastro e incluir empresas de outras cidades da região. A iniciativa faz parte do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores lançado em 2013. Elaborado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e a Associação de Desenvolvimento de Linhares (Adel).

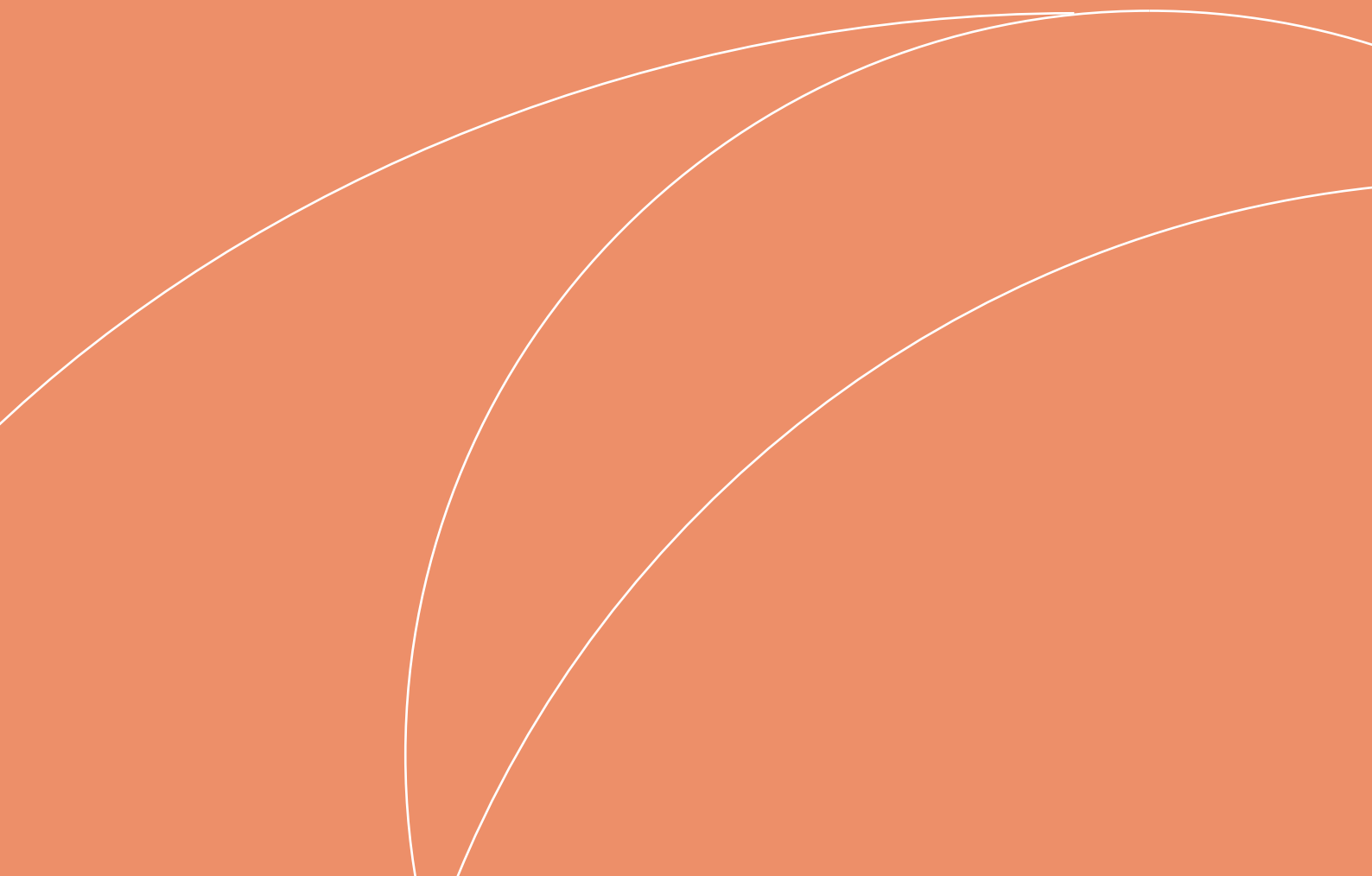
Integrando os esforços para privilegiar a indústria do Espírito Santo, a Manabi promoveu, em 1º de dezembro de 2014, um encontro entre organizações de médio e grande porte mapeadas na região e sete empresas **EPCistas** convidadas para participar da concorrência para a construção do Porto Norte Capixaba. Realizada em Vitória (ES), a reunião contou com a presença de 80 empresas de setores diversos do estado, que tiveram a oportunidade de apresentar seus produtos e áreas de atuação e estabelecer um canal de comunicação direto com representantes das empresas que participam da concorrência. A ação foi pioneira por permitir o intercâmbio entre as empresas ainda durante o processo de formação das propostas comerciais e obteve repercussão positiva entre as organizações do estado e EPCistas participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer o mercado local.

Para a construção do porto, a Manabi optou pela contratação de uma empresa no método EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), que será responsável por toda a execução da obra. O processo para a escolha da construtora foi iniciado em setembro de 2014 e a entrega das propostas comerciais está prevista para o primeiro semestre de 2015.



Encontro de EPCistas e empresas locais no Espírito Santo

VISÃO DE SUSTENTABILIDADE





Política de sustentabilidade

As dimensões econômica, ambiental e social são consideradas de forma estratégica para os negócios da Manabi. Seguindo o direcionamento de adotar políticas e práticas de sustentabilidade empresarial, a organização conduz um planejamento minucioso, na busca por garantir a capacidade de as gerações futuras atenderem suas necessidades.

O desenvolvimento sustentável é buscado pela empresa por meio

de uma atuação transparente com todas as partes interessadas. De forma responsável, planejada e estruturada, a Manabi busca garantir a elaboração de projetos que sejam economicamente viáveis, socialmente justos, ambientalmente corretos e culturalmente diversos.

Pautada nesses princípios, a empresa espera agregar valor a seus acionistas e partes interessadas, colaborando para o desenvolvimento dos territórios onde atua.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Criado em agosto de 2012, o Comitê de Sustentabilidade da Manabi busca discutir a condução de seus projetos de modo a conservar os recursos naturais e desenvolver a economia das comunidades influenciadas. Formado por representantes da diretoria, equipe técnica e por especialistas externos convidados, o comitê realizou uma reunião em 2014, no dia 16 de maio, onde foram abordados os processos de licenciamento para os projetos Morro do Pilar, mineroduto e Porto Norte Capixaba, além da apresentação de ações recentes realizadas pela empresa com relevância pelo ponto de vista sustentável – como a criação da Central de Relacionamento, publicação do Relatório Anual de

Sustentabilidade referente ao ano de 2013 e os estudos de modelos de alojamento para a fase de implantação das obras.

Participaram da reunião de 2014:

Membros internos

- Joaquim Martino Ferreira
- José Tadeu de Moraes
- Aljan Machado
- Marco Túlio M. Ferreira
- Matheus Drumond Costa
- Luiz Claudio Patrus

Consultores externos

- Tomaz de Aquino Resende
- Vitor Feitosa
- Candido Fernandes



Compromisso e iniciativas externas

PACTO GLOBAL

Maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária mundial, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) tem adesão voluntária de empresas que buscam alinhar suas operações e estratégias aos princípios descritos pela ação. Ao todo, ele tem dez princípios (veja quadro na página 25), que permitem às corporações de mercado, comércio, tecnologia e finanças direcionar suas ações buscando beneficiar as economias e sociedades das localidades onde estão presentes. O Pacto Global colabora, ainda, para o avanço e geração de resultados seguindo um modelo empresarial sustentável.

A Manabi optou por tornar-se signatária do Pacto Global em dezembro de 2011 e é uma das cerca de 12 mil empresas, de mais de 145 países, que integram a ação e se comprometeram em direcionar sua conduta a partir das diretrizes apontadas por ela.

Os direcionamentos listados pelo Pacto Global são considerados e podem ser identificados nas ações conduzidas pela

empresa, já pautando o direcionamento das próximas etapas do projeto.

Na Manabi, as iniciativas nesse sentido vão além da orientação para o público interno e englobam, também, o relacionamento com fornecedores, que terão seu número ampliado nas etapas de implantação dos projetos. Para a contratação das empresas parceiras, a Manabi realiza uma análise dessas entidades, que deve ser condizente com os valores listados em seu Código de Conduta (ver pág. 32). Além disso, o documento Diretrizes para Fornecedores produzido pela empresa aborda os direcionamentos considerados em relação a fatores como contratação e regime de trabalho e acomodação, entre outros aspectos (ver pág. 18).

Para a implantação de todos os seus projetos, a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais é fator prioritário para a Manabi, que busca soluções inovadoras e tecnologias que a posicionarão como referência em aspectos como a responsabilidade sobre o consumo de água no setor mineral (ver pág. 54).



OS DEZ PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

1. Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
2. Certificar-se de que não é cúmplice em abusos dos direitos humanos.
3. Defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
4. Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
5. Erradicar efetivamente o trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no emprego e ocupação.
7. Apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais.
8. Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental.
9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

Na Manabi, o princípio da Precaução é considerado para todas as etapas de elaboração do projeto. Dessa forma, a empresa integra esforços para identificar medidas voltadas à mitigação de possíveis impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades onde seus empreendimentos serão erguidos.

Os estudos detalhados de ordem social e ambiental que também embasaram o processo de licenciamento ambiental

para os projetos de mineração e logística da empresa são uma importante ferramenta nesse sentido. Os relatórios apresentam avaliações técnicas sobre as consequências para o meio ambiente que podem surgir da implantação de cada projeto, com as medidas mitigadoras elaboradas para compensação.

A Manabi também elaborou sua Estratégia de Gestão de Riscos, por meio



de uma análise conjunta entre as áreas de Engenharia, Fundiário, Processos, Meio Ambiente, Geologia, Suprimentos, Serviços, Relações Institucionais e com Comunidades, Controladoria, Recursos Humanos, Pré-operação e Logística. Foi construída uma matriz de riscos direcionada a cada estrutura do projeto da empresa – mina, mineroduto, porto e ferrovia – e vinculada às etapas de pré-operação e de implantação do empreendimento.

O estudo identificou riscos ligados a perda, custo, perda de receita, qualidade, comunidade e legal, que

tiveram ações de prevenção, mitigação e transferência elaboradas pela empresa.

Para o trabalho de gestão, foram priorizados os riscos classificados como ‘extremo’ e ‘alto’ e aqueles considerados de maior complexidade que, apesar de não terem sido considerados ‘extremos’, tiveram possibilidades de mitigação consideradas como de execução mais rápida. Na próxima etapa de trabalho, estão previstas a inclusão das fases de operação dos empreendimentos e descomissionamento, sendo este último em relação às estruturas cabíveis.

“O projeto é grandioso, vai gerar muitas oportunidades e ajudar a alavancar a economia no norte do estado. Durante a apresentação, vi a preocupação da empresa em relação aos impactos ambientais que podem surgir, além de ter se mostrado preparada para mitigá-los.”

Letícia Boina Cau, estudante do 10º período de Engenharia Ambiental na Faculdade Pitágoras de Linhares (ES)



INVESTIMENTOS PRIVILEGIAM AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Reforçando sua atuação com foco na sustentabilidade, a Manabi apoiou ações de instituições de cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo ao longo de 2014. A escolha das iniciativas que receberam a parceria da empresa privilegiou ações de cunho ambiental e social, incluindo seminários, pesquisas e eventos de valorização da cultura local. Conheça alguns dos 25 projetos contemplados no período:

- Fórum Médio Espinhaço, promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana de Minas Gerais (Sedru), em maio.
- Simpósio Internacional de Ecologia e Conservação, promovido pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em agosto.
- Simpósio Internacional de Ecologia – Serviços Ecológicos e Ambientais, promovida pela Faculdade de Ecologia da UFMG, em outubro.
- Pesquisa de áreas de ocorrência de aves na APA Morro da Pedreira, promovido pela Aves Gerais (MG).



Aves Gerais



EXPEDIÇÃO DE DIAGNÓSTICO CIENTÍFICO DO RIO DOCE



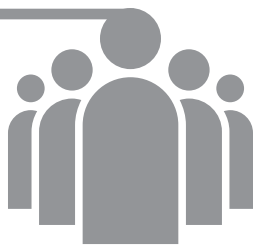
Promovida pela TV Gazeta em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, a Expedição de Diagnóstico Científico do Rio Doce foi realizada em outubro de 2014 e teve a participação da Manabi como apoiadora do projeto. A iniciativa consistiu na coleta de dados de solo, água, fauna e flora, além de dados socioeconômicos das comunidades que vivem no entorno do rio, com o objetivo de construir um relato sobre a atual situação do rio e seus efluentes. Por se tratar de área de interface do Porto Norte Capixaba, a Manabi considera o estudo de grande relevância e irá, a partir das informações levantadas, coletar mais subsídios para sua atuação e para mitigar possíveis impactos sobre

a população ribeirinha. O diagnóstico foi apresentado ao público em documentário exibido pela Rede Gazeta e pelo lançamento de um caderno do jornal com as informações coletadas no projeto. Também estão previstos *workshops* e a publicação de um livro para distribuição em escolas locais.



GOVERNANÇA CORPORATIVA





A atuação da Manabi é pautada em sua missão, visão e valores, direcionamentos prioritários para a condução dos negócios na empresa.

MISSÃO

Desenvolver, implantar e operar ativos na indústria de mineração, de forma a gerar riquezas, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios em que atua e garantir retorno aos acionistas.

VISÃO

Ser uma empresa de mineração e logística inovadora, sustentável e reconhecida no mercado global como uma das maiores empresas do setor.

VALORES

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Criar valor compartilhado para as partes interessadas.

SUSTENTABILIDADE

Contribuir para o crescimento sustentável da empresa e para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde atuamos.

ASSERTIVIDADE

Desenvolver e gerir negócios com agilidade e responsabilidade, com foco em excelência e em resultados.

SAÚDE E SEGURANÇA

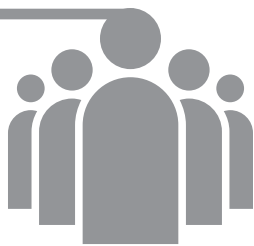
Privilegiar a segurança e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Princípios que pautam nossa conduta e direcionam nosso relacionamento com as partes interessadas.

PESSOAS

Promover um ambiente saudável, justo e diverso.



Administradores e empregados da Manabi têm, desde o início das atividades da organização, sua atuação pautada nas melhores práticas de governança corporativa. Para garantir essa atuação, colaboram diferentes ferramentas adotadas pela empresa.

Formado por conselheiros independentes, um Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação foi criado por definição do Conselho de Administração da Manabi e reúne-se periodicamente – no mínimo, quatro vezes por ano. Ele tem a responsabilidade de supervisionar as atividades dos administradores da empresa e fornecer

orientações relativas a matérias de governança corporativa junto ao Conselho de Administração.

A Diretoria da Manabi concluiu em 2014 seu Programa de Ética e Compliance. Elaborado com o apoio de consultoria independente especializada, ele reforça o compromisso da organização com a ética e as melhores práticas de governança corporativa como base da sua cultura.

Em relação à estrutura de governança, foram realizadas algumas alterações na composição dos comitês e conselhos vigentes em 2014. Eles passaram a ter a seguinte composição:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composto por membros não-executivos, o Conselho de Administração da Manabi é responsável pelo aconselhamento e monitoramento da administração da empresa. Para assegurar o atendimento às melhores práticas de governança corporativa, a estrutura conta com três comitês especializados, além do próprio Conselho de Administração:

- **Comitê de Auditoria e Finanças**

Aconselha e faz recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito às demonstrações financeiras, a avaliação de riscos corporativos e políticas financeiras e aos sistemas de controle financeiro interno da empresa. Membros: Guy Bentinck, Andrey Zhmurovsky e Charles Laganá Putz.

- **Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação**

Aconselha e faz recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de governança corporativa, remuneração e nomeação, conforme definido em regulamento. Temas referentes ao Plano de Opção de Ações, pacotes de benefícios, planos de desenvolvimento e sucessão corporativa e nomeação de conselheiros, entre outros, também são discutidos por essa equipe. Membros: Guy Bentinck, Charles Laganá Putz, Álvaro Piquet e Joshua David Shores.



- **Comitê Técnico**

A consulta referente a assuntos técnicos ligados a exploração, desenvolvimento, licenciamento, construção e operação dos projetos de mineração e logística e de outros projetos de infraestrutura da empresa é conduzida pela equipe deste comitê. Também aconselha e faz recomendações sobre assuntos como temas ambientais, de saúde, segurança e sustentabilidade, conforme estabelecido em regimento interno. Membros: Andrey Zhmurovsky, Charles Laganá Putz, Michael Stephen Vitton e Guy Ian Bentinck.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **Charles Laganá Putz** – Presidente
- **Mathew Todd Goldsmith** – Conselheiro não-executivo
- **Michael Stephen Vitton** – Conselheiro não-executivo
- **Guy Ian Bentinck** – Conselheiro independente
- **Andrey Zhmurovsky** – Conselheiro não-executivo
- **Ouk Choi** – Conselheiro não-executivo
- **Joshua David Shores** – Conselheiro não-executivo
- **Álvaro Piquet** – Conselheiro independente

DIRETORIA

- **Ricardo Antunes** - Diretor-presidente
- **Antônio Borges Leal Castello Branco** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- **Augusto Alves Tannure** - Diretor de Desenvolvimento Logístico
- **Joaquim Martino** - Diretor Técnico e de Desenvolvimento
- **José Tadeu de Moraes** - Diretor de Operações
- **Ricardo Abramof** - Diretor Comercial



Ética

Desde sua fundação, a Manabi tem a adoção de boas práticas corporativas e a ética no trabalho como um compromisso que pauta a conduta da empresa. Levando em conta que a implantação e operação de empreendimentos minerários e logísticos determina a interface da Manabi com muitos grupos de *stakeholders*, que, por sua vez, apresentam interesses diversos em relação ao negócio. A correção e transparência nas relações com os mesmos - onde se inclui o combate à corrupção - é item de relevância para a empresa.

Nesse sentido, o **Código de Conduta** da empresa foi elaborado em 2012 inspirado nos valores e visão da organização e é a ferramenta pela qual a relação com clientes, empregados, acionistas, fornecedores, poder público, mídia, comunidade e sociedade em geral deve ser diariamente pautada. Pelos direcionamentos apresentados no documento, ações e decisões podem ser orientadas, garantindo a adoção de uma postura padronizada independente da região, cultura ou mercado de atuação da Manabi.

Entre os empregados, a aplicação do Código de Conduta é obrigatória e seu conhecimento garantido pela entrega do material e orientação pela leitura nos primeiros dias de trabalho na organização.

No início de 2014, o material passou por uma revisão e atualização, com a ampliação da sua abrangência considerando o lançamento da nova Lei Anticorrupção (12.846/2013). Para a apresentação e entrega do novo material aos empregados, além do reforço dos

conceitos expostos, todos os profissionais da Manabi participaram de treinamento sobre o Código de Conduta no mês de maio, promovido pela empresa KPMG, que atuou em parceria com as áreas Jurídica, de Comunicação e de Recursos Humanos da Manabi.

Entre as ações resultantes da revisão da política ética pela empresa, foi criada a Linha Ética da Manabi (www.linhaetica.com.br/etica/manabi). O canal, juntamente ao número **0800-545-5007** e o e-mail **manabi@linhaetica.com.br**, configura-se em um mecanismo relevante para a gestão dos relacionamentos com *stakeholders* da empresa. Para garantir a eficiência do canal e permitir a adaptação para melhoria dos procedimentos, a Manabi trabalha com um processo de avaliação do mesmo, que poderá receber sugestões do próprio Comitê de Ética e de equipes da empresa, que são diretamente envolvidos nas atividades de relacionamento com *stakeholders*. A Linha Ética permite que empregados e fornecedores realizem denúncias caso identifiquem manifestações ligadas à atuação da empresa.

Para assegurar o conhecimento pelo público interno, esses canais de denúncia foram divulgados na Intranet da Manabi e por uma campanha de Comunicação Interna.

São mantidos sob sigilo a identidade do usuário e, no que couber, as informações reportadas, de forma a permitir o processamento e análise de casos por parte de um Comitê de Ética que assegura a aplicação do Código de Conduta.

CÓDIGO DE CONDUTA

Todas as denúncias recebidas, incluindo aquelas relacionadas à corrupção, são investigadas criteriosamente pelo Comitê de Ética e, se comprovadas, seus autores estão sujeitos a sanções.

A Linha Ética da Manabi recebeu um acionamento em 2014, que pode ser considerado um esclarecimento de informação, cuja resposta foi devidamente apresentada.

DESEMPENHO SOCIAL

A decorative graphic consisting of a horizontal line extending from the left edge of the page, and three curved lines of varying radii that sweep upwards and to the right from the bottom left corner.



Comunidade

Desde a criação da empresa, em 2011, o estabelecimento de um diálogo próximo com investidores, empregados, clientes, fornecedores e as comunidades que vivem nas regiões onde seus projetos serão implantados é priorizado pela Manabi. A empresa se dedica a conhecer e a entender necessidades e expectativas das áreas de influência, com a realização de ações que contemplam interesses diversos de seus públicos de relacionamento. As iniciativas têm a finalidade de levar informação e assegurar que a empresa esteja preparada e tenha um conhecimento pleno das áreas em que está inserida para planejar da forma mais harmoniosa possível a implantação dos projetos.

As ações de engajamento realizadas pela Manabi contemplam as principais comunidades que serão impactadas pela implantação dos seus projetos. O público de relacionamento nas regiões da mina e do mineroduto é composto, prioritariamente, por comunidades rurais e no porto, por pescadores. Esses grupos já estão envolvidos no programa de Diálogo Social da empresa.

Na mina, um dos públicos focais dos estudos da Manabi são as famílias identificadas no Plano Social de Reassentamento (PSR), elaborado pela empresa. A proposta é garantir uma completa assistência e infraestrutura aos grupos que poderão ser reassentados durante a implantação do empreendimento. Nas comunidades, as ações de relacionamento vêm sendo aplicadas desde a fundação da empresa e encontram-se, atualmente, em um nível avançado de desenvolvimento.

O monitoramento da efetividade das ações de relacionamento é possibilitado pela presença em campo de profissionais da Manabi, que realizam de forma contínua entrevistas com moradores. A partir dos retornos coletados, a empresa tem a possibilidade de avaliar sugestões e aperfeiçoar as ações elaboradas para garantir o diálogo com seus diversos públicos de relacionamento. Também nesse sentido, a Central de Relacionamento da Manabi, que pode ser acionada por qualquer pessoa, permite que a empresa monitore possíveis manifestações negativas. Desde sua implantação, a Central não obteve registros do tipo.



A gestão do diálogo na Manabi

Para sua gestão social, a Manabi tem como linha sua própria Diretriz de Sustentabilidade, que preconiza a atuação responsável e o diálogo transparente com as partes interessadas. Esta atuação, na fase de planejamento e pré-operação da empresa, se encontra focada no conhecimento, reconhecimento e manutenção permanente do diálogo com as comunidades que serão vizinhas a seus empreendimentos, sempre com a finalidade de traduzir nos projetos da empresa o respeito às especificidades e cultura local, permitindo que sejam implantados de forma mais harmônica possível.

Junto à gerência-geral de Sustentabilidade, estão as áreas Institucional e de Relacionamento com Comunidades, dedicadas a cada estrutura do projeto e que são diretamente responsáveis por conduzir o processo de diálogo social da Manabi. A condução do tema se dá de forma matricial junto às demais áreas da empresa, pela certeza de que todos os envolvidos com os projetos da Manabi são corresponsáveis pela construção de relacionamentos externos de confiança. Por isto, as relações com a comunidade também integram o próprio Código de Conduta da Manabi. Exemplo desta prática é a participação de representantes de várias áreas da empresa (Meio Ambiente, Suprimentos, Recursos Humanos, Processos) nas reuniões realizadas junto à comunidade.



As etapas do diálogo social da Manabi

ESCUTAR E CONHECER

Diálogo externo

- As pessoas
- As instituições
- O território

Como: estudos sociais e culturais, mapeamentos de *stakeholders*, entrevistas com lideranças locais.

ELABORAR

Diálogo interno

- Troca de informações
- Reflexões
- Construção de posicionamentos
- Elaboração de propostas

Como: reuniões internas de conhecimento do material produzido, tradução do conhecimento local nas propostas da empresa.

FALAR

Diálogo externo

- Expor propostas e considerar sugestões de melhoria
- Respeitar as diferenças
- Assegurar coerência entre discurso e atitude
- Definição conjunta da melhor forma de acompanhamento do projeto

Como: reuniões com grupos locais, visitas técnicas estruturadas para apresentação do status do projeto da empresa, apresentação dos estudos em andamento e acolhimento de sugestões de melhorias ao material produzido pela empresa.



A partir da terceira etapa prevista, parte-se para as ações de manutenção do diálogo junto ao público envolvido.

Deve-se ressaltar que, não estando a empresa em fase de implantação ou operação de seus empreendimentos, o único impacto direto relacionado à atuação nesta fase está associado à geração de expectativas locais, o que é tratado por meio do próprio processo de diálogo e apresentação das informações sobre o status dos projetos.

A Manabi entende a contribuição ao desenvolvimento dos territórios de inserção do empreendimento como um valor para o negócio da empresa. Embora se aplique a fases vindouras do empreendimento, as reflexões da equipe interna sobre formas de potencializar oportunidades e gerir interferências dos projetos junto às localidades têm espaço na empresa e serão aplicadas às fases de implantação, operação e descomissionamento (neste caso, aplicável a estruturas temporárias). Também à fase de operação estará vinculada a implantação de uma política de Investimento Social Privado (ISP). Para isto, a empresa se aprofundou em 2014 nos estudos dos territórios e demandas apresentadas por *stakeholders*, o que contribuirá para nortear temas-foco e de relevância para a aplicação de recursos e constituição de uma futura política de ISP.



Diálogo e transparência



Em 2012, na primeira fase do diálogo, a empresa necessitava conhecer seus stakeholders em Morro do Pilar e apresentar o empreendimento a um grande número de pessoas, o que demandou uma maior frequência das reuniões no período. Em 2013, o diálogo teve como interlocutores as principais lideranças já identificadas, com a realização de reuniões mensais com esse público.

Em Morro do Pilar, o ano de 2014 foi marcado pela continuidade do diálogo com representantes diversos da comunidade, além da condução de pesquisas e elaboração de materiais sobre a história local, parte do compromisso da Manabi em conhecer a fundo a região onde seus projetos serão implantados.

Ao longo do ano, foram realizadas dez **reuniões com representantes da comunidade**, programadas pela empresa para esclarecer dúvidas, apresentar o status dos seus projetos e o processo de licenciamento que antecede a implantação.

A redução no número de reuniões realizadas em relação aos anos anteriores se deu como resultado da estratégia

da empresa de direcionar esses fóruns a grupos menores, formados pelos principais líderes identificados na comunidade na etapa inicial de desenvolvimento do projeto. A opção pela diminuição na frequência das reuniões considerou o momento atual do **projeto**, com o desenvolvimento, em paralelo, da expansão no número de atendimentos personalizados viabilizados pela criação da Central de Relacionamentos Manabi e pela equipe de relacionamento com comunidades (veja quadro na página 41).

No Espírito Santo, o ano de 2014 começou com as audiências públicas do mineroduto e Porto Norte Capixaba, que aconteceram de 28 a 31 de janeiro. Após esse marco, a Manabi continuou seu processo de diálogo com as comunidades.

Foram realizadas 10 reuniões com representantes da comunidade de Morro do Pilar em **2014**, totalizando a participação de **194** pessoas.



No período de avaliação da Licença Prévia da mina de Morro do Pilar, foram realizadas três reuniões da unidade colegiada do Jequitinhonha do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em Diamantina (MG), que contaram com a participação e mobilização de mais de 500 moradores das cidades de Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo. Essa participação se

configurou como mais um momento de integração da população ao projeto e permitiu que as pessoas conhecessem o rito do processo, acompanhassem e se posicionassem durante as reuniões de votação da licença. A obtenção da Licença Prévia (LP) do projeto Morro do Pilar ocorreu na terceira dessas reuniões, realizada em novembro de 2014.



“Nunca vi isso na história ecológica de Minas. Os moradores de uma cidade tão pequena, frágil e típica do nosso interior se reunirem e com palavras de ordem – não contra a mineração, mas a favor dela –, em prol da real oportunidade de terem suas vidas melhoradas(...). Também me impressionou como a empresa conseguiu se comunicar de maneira tão transparente e afetiva com a população, a ponto de colher essa tamanha confiança. Foi uma demonstração inequívoca de que o licenciamento ambiental pode e deve ser conduzido com transparência, respeito e participação. E, prioritariamente, de forma inovadora e planejada.”

Evandro Xavier, ex-superintendente do Ibama em Minas Gerais



CENTRAL DE RELACIONAMENTOS DA MANABI

A criação de um canal de comunicação direto entre a população de todas as regiões do país e a empresa contribuiu para estreitar o contato dos *stakeholders* com a Manabi, tanto para o esclarecimento de dúvidas quanto para o encaminhamento de elogios e reclamações. Com a Central, a expectativa é que a Manabi tenha cada vez mais acesso às principais demandas das comunidades localizadas nos territórios onde pretende atuar e/ou que se interessam pelos projetos.

A Central de Relacionamentos da Manabi entrou no ar em dezembro de 2013, com a possibilidade de contato pelo número 0800-771-1434 ou pelo e-mail faleconosco@manabi.com. Em 2014, com o lançamento do site da Manabi (p.40), foi disponibilizada no canal uma nova opção de contato, que representou 9% do total de solicitações entre os meses de abril e dezembro. Uma comparação entre os primeiros meses de operação da ferramenta e o segundo semestre de 2014 aponta para uma queda de 44,5% no tempo médio de resposta às solicitações registradas. De 10 (entre dez/13 a abr/14), passou para 2 dias (entre mai/14 a dez/14) o tempo médio para o posicionamento da empresa, como resultado do aperfeiçoamento da gestão do Canal.

Ao todo, foram 745 solicitações realizadas à Central ao longo de 2014, sendo os temas de Recursos Humanos, Comunicação, Cronograma de projetos e Relacionamento com a Comunidade os mais demandados nos contatos pela ferramenta. A operação do Canal é realizada pela empresa especializada Pluris Mídia, contratada pela Manabi para conduzir a gestão do atendimento das demandas recebidas por e-mail e telefone e supervisionada diretamente pela área de Relacionamento com a Comunidade da Manabi.



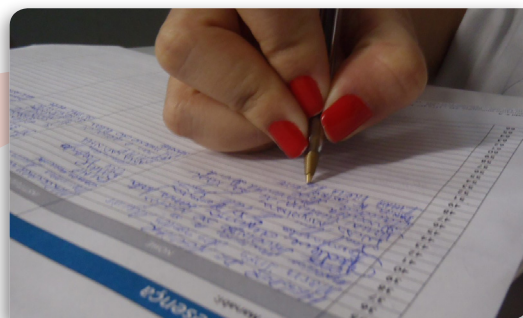
Apoio manifestado

O resultado do diálogo próximo foi o amplo apoio da população de Morro do Pilar à implantação do empreendimento. Entre as manifestações, a empresa recebeu, em junho de 2014, um documento com 1.737 assinaturas de moradores favoráveis ao projeto. A ação foi uma iniciativa da Câmara de Vereadores Municipal, que também entregou à Manabi uma carta com a assinatura de todos os vereadores em uma manifestação de apoio à instalação do empreendimento. Com a entrega da carta, ressaltou-se o reconhecimento do projeto como um indutor econômico e, consequentemente, de qualidade de vida para o município.

Outro resultado expressivo do diálogo próximo e transparência na condução dos projetos pôde ser observada no Espírito Santo, onde a Associação de Surf de Linhares, inicialmente com manifestos contrários à implantação do porto, se tornou parceira da Manabi

ao conhecer melhor os projetos da empresa. Atualmente, a Manabi trabalha em conjunto com a Associação para a implantação de uma iniciativa de formação de guardas-mirins, escola de surfe, educação ambiental e futebol na região. A expectativa é que o projeto seja iniciado ainda em 2015.

Também no Espírito Santo, um documento com 1.050 assinaturas de moradores, comerciantes e pescadores em apoio a implantação do Porto Norte Capixaba foi entregue à Manabi em 2014. A iniciativa partiu da ONG Centro de Defesa dos Direitos Humanos Linhares Norte.



“Trata-se de uma oportunidade também para o governo, e não apenas para nós e a empresa, de Minas ter o seu primeiro projeto modelo de mineração realmente sustentável e de construção coletiva no país, envolvendo todas as partes interessadas desde a sua concepção.”

Darlene Campos, moradora de Morro do Pilar



WEBSITE

Integrando os esforços da empresa para se aproximar da população das localidades onde os empreendimentos serão implantados e levar a público informações sobre seus projetos, foi lançado em 2014 o site oficial da Manabi (www.manabi.com). No portal, estão disponíveis dados sobre a empresa, suas unidades e áreas de atuação, premissas de sustentabilidade, notícias sobre o andamento dos projetos, entre outros aspectos. A criação do canal constituiu, ainda, uma nova opção para o contato pelo público externo, pela opção “Fale Conosco”, que integra a Central de Relacionamento da empresa e permite a qualquer internauta enviar sua dúvida ou solicitação.

PLANO SOCIAL DE REASSENTAMENTO (PSR)

Também em Morro do Pilar, um Plano Social de Reassentamento (PSR) foi desenvolvido pela Manabi entre os anos de 2013 e 2014, antecedendo a implantação do projeto, com aplicabilidade para as famílias que estarão na área de interferência do empreendimento.

O programa tem o objetivo de garantir a recomposição e melhoria da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, englobando os aspectos físicos, financeiros e sócio familiares. Para isto, ele passa por cinco fases: diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas, planejamento conjunto, negociação do programa com as famílias, implantação e monitoramento. Ainda em 2014, foi concluída a primeira etapa do projeto, com o diagnóstico socioeconômico das famílias. Não foram realizados reassentamentos no período.



Programa de Educação Ambiental

A Manabi realizou programas de Educação Ambiental nas comunidades de Santo Antônio do Rio Abaixo, na região de Morro do Pilar, e Santa Maria de Itabira, onde a empresa estuda o projeto Morro Escuro. A iniciativa teve início em Morro do Pilar em 2012, foi expandida para Santa Maria de Itabira em 2013 e Santo Antônio do Rio Abaixo em junho de 2014. Em todas as comunidades, a elaboração do programa foi feita a partir de um diagnóstico realizado nas cidades, com pesquisas com a população que permitiram a definição da melhor estratégia para difundir boas práticas sustentáveis nas localidades.

Em Santa Maria de Itabira, as ações em 2014 tiveram foco na disseminação da coleta seletiva entre a população. Foram capacitados agentes de saúde, educadores da rede municipal de ensino, equipes que trabalham na coleta e triagem do lixo, cantineiras e monitores de transporte escolar. Estudantes também foram envolvidos nas atividades, como as ações em datas comemorativas como o dia da Água e do Meio Ambiente.

Em Santo Antônio do Rio Abaixo, a atividade englobou a capacitação da população e de educadores e intervenções práticas junto às comunidades locais.



A implantação da coleta seletiva foi realizada na cidade, que também contou com atividades para o público externo nas datas comemorativas ligadas ao meio ambiente.

Com as iniciativas, a empresa buscou colaborar para a redução dos impactos ambientais resultantes do descarte inadequado dos resíduos do município e discutiu temas como a redução da vida útil do aterro municipal, poluição dos cursos d'água e a ingestão de resíduos por animais da região.



História compartilhada

A elaboração de uma carta arqueológica permitiu a identificação dos principais sítios localizados dentro do território de Morro do Pilar. Dois arqueólogos trabalharam em campo em parceria com uma equipe multidisciplinar, formada por geógrafos, historiadores e antropólogos, entre outros profissionais, que foram responsáveis pela produção de um diagnóstico sobre as características históricas do município. A produção do material permite que a Manabi tenha um conhecimento detalhado dos sítios mais relevantes da região e passe a contar com um subsídio a mais para as discussões sobre o patrimônio arqueológico. Produzido entre fevereiro e novembro de 2014, o material passa atualmente por análise do Ministério Público, etapa que antecede a impressão e distribuição do material para distribuição.



A criação do livro “Morro do Pilar: Histórias, Costumes e Tradições” foi outra ação desenvolvida no período. A publicação, produzida por dois historiadores, apresenta um relato sobre os primórdios da formação do município e sua história recente e contou com a realização de entrevistas em campo com diversos moradores locais. Realizada em atendimento a um Termo de Acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, teve três mil cópias impressas e que foram distribuídas em março de 2015 para bibliotecas, professores e estudantes da cidade.



Também na área de pesquisas, a Manabi patrocinou em 2014 a produção do livro “Cultura, memória, sustentabilidade e antecipação do futuro”. Conduzida pelo Instituto Espinhaço, a publicação foi lançada na data do aniversário de Morro do Pilar, em dezembro, e distribuída para a população local.



INVESTIMENTO EM SEGURANÇA

Os impactos da instalação de um empreendimento do porte da Manabi (mina e mineroduto) na região de Morro do Pilar se refletirão em aspectos como um rápido crescimento populacional no período de implantação. A preparação da empresa para esse momento ocorre desde o início do desenvolvimento do projeto, onde aspectos diversos são contemplados nos convênios firmados e previstos com a prefeitura local.

No mapeamento já realizado na região, a segurança está entre os pontos considerados prioritários. Para o momento de instalação, está prevista a construção de unidades próprias das polícias Civil e Militar em Morro do Pilar, município que ainda depende do atendimento de cidades vizinhas para ocorrências registradas em seu território.

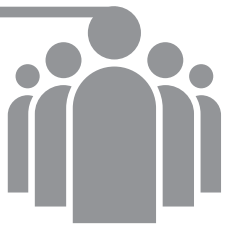
Uma melhoria relacionada à segurança foi concluída em 2014, quando a Polícia Militar de Santa Luzia passou a responder pelo atendimento de Morro do Pilar. A mudança é resultado de uma articulação conjunta da prefeitura municipal com o apoio da Manabi. Até então, o batalhão da cidade do Serro, com localização mais distante e consequente maior dificuldade para o acesso, era responsável pelo atendimento.

PROJETO COMPRA COLETIVA VOLUNTÁRIA

Produtores informais da área de influência do projeto Morro do Pilar foram mapeados pela Manabi entre setembro e novembro de 2014. A iniciativa foi o primeiro passo para que a empresa construa um sistema de compra coletiva voluntária por seus empregados, ação com potencial de se tornar um programa de economia solidária no futuro.

O objetivo é fornecer uma alternativa para a geração de renda nas zonas urbana e rural, contribuir com a regularização dos negócios e fomentar a circulação de renda local, contribuir para a qualidade dos produtos e promover a valorização, entre seu público interno, da produção local de Morro do Pilar. Ao todo, 41 produtores informais, das áreas de alimentação e vestuário, foram mapeados.





Públicos de relacionamento

A estrutura logística também contou com uma atuação cuidadosa da empresa no sentido de conhecer a realidade e as expectativas da população de interface para a busca, em uma atuação conjunta, do mútuo benefício com a chegada dos empreendimentos da Manabi. Em 2014, a empresa se dedicou a mapear os principais *stakeholders* presentes nas regiões onde serão construídos seus projetos logísticos: mineroduto, ferrovia e porto.

Na região do mineroduto, lideranças locais e temas de relevância para cada um dos 23 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo por onde o empreendimento passará foram mapeados. O levantamento foi conduzido pela empresa IC Ambiental e serve de base para que a Manabi possa dialogar com cada comunidade. Em uma parceria com a empresa Ambiente Público, também foram mapeadas organizações do terceiro setor ao longo de todo o mineroduto, de modo que a Manabi reconheça organizações que poderão atuar em parceria no momento de implementação de seus projetos.

Entre 2014 e fevereiro de 2015, foi feito o levantamento e cadastro das famílias que habitam a região por onde será construído pela Manabi o novo trecho de ferrovia, ligando o Porto Norte Capixaba à Estrada de Ferro Vitória a Minas. 85 propriedades foram mapeadas, com cinco residências identificadas no trecho de interferência, no período do levantamento (número passível de variação até o momento de implantação do projeto).

Entre setembro e dezembro de 2014, também foi realizado um estudo aprofundado dos principais públicos de relacionamento das regiões de implantação do Porto Norte Capixaba e ferrovia. O levantamento foi elaborado pela Manabi em parceria com a empresa Ecology.

A partir do mapeamento e diálogo com essas pessoas, a Manabi trabalha no aperfeiçoamento de seus programas de relacionamento e ambientais nas regiões.



Diálogo intensificado com pescadores e moradores no ES

Em 2014, a Manabi intensificou o diálogo com associações de pescadores e de moradores de Linhares (ES) e região, com a realização de diversas ações de aproximação e esclarecimento. O trabalho foi iniciado em 2013, com o mapeamento dos *stakeholders* de pesca, e seguiu com a apresentação dos projetos para a construção do Porto Norte Capixaba e mineroduto em reuniões com 12 associações mapeadas na região –

localizadas nos municípios de Linhares, Conceição da Barra, São Mateus e Aracruz.

O resultado da efetividade do diálogo pode ser medido pelo apoio manifestado na região. Em janeiro de 2015, a associação dos pescadores de Regência, em Linhares, convidou a Manabi para reunião em que oficializaram apoio à implantação dos empreendimentos na localidade.

"Reunimos todos os pescadores e resolvemos convocar essa reunião para mostrar que somos favoráveis à construção do porto pela Manabi. O empreendimento é muito grande, vemos que o país precisa de mais portos para carregar os navios e o projeto vai valorizar a nossa região."

Leônidas Carlos, presidente da Associação de Pescadores de Regência



Desenvolvimento social

Durante as reuniões com as associações de pescadores, o foco do diálogo, além do esclarecimento sobre o empreendimento, era ouvir as percepções dos pescadores sobre os projetos da empresa. A conversa com a categoria resultou na criação de um projeto de capacitação, que foi iniciado pela Manabi em 2014.

Entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, 52 pescadores de Linhares participaram do curso oferecido pela empresa. A atividade englobou aulas de qualificação para a manutenção de máquinas, motores e embarcações. Materiais e transporte foram oferecidos pela empresa e um certificado foi entregue, em março de

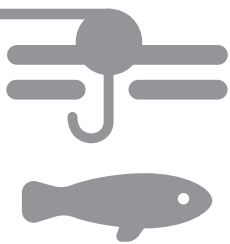


Fala do Gerente Geral Pré Operação Porto Norte Capixaba, Romeu Rodrigues, durante a Aula Inaugural do Projeto Rede Norte Capixaba, Linhares – ES

2015, aos participantes. O projeto foi realizado em parceria com a Agência Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Defesa Ambiental (Andesa), a Prefeitura de Linhares e a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo.



Alunos (pescadores e filhos) durante aula do curso de Manutenção de Embarcação em Pontal do Ipiranga, Linhares, ES. – Projeto Rede Norte Capixaba



Programa de monitoramento do desembarque pesqueiro

Realizado com o apoio da Manabi, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o programa de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro mapeará a realidade pesqueira com a coleta de informações e análise da dinâmica da pesca nos portos de desembarque do litoral norte. Os últimos dados sobre o setor pesqueiro capixaba datam de 2011.

As informações coletadas – referentes à área de pesca, os petrechos (utensílios) e suas formas de utilização, à produção pesqueira e espécies capturadas, e, ainda, ao custo total de uma viagem – são registradas em planilhas.

Nove coletores de dados foram selecionados nas próprias comunidades para atuarem no projeto e passaram por atividades de capacitação promovidas pelo Centro Universitário do Norte (Ceunes), da Ufes, entre o final de 2014 e início de 2015.

Os dados serão disponibilizados no site www.pesca.ufes.br.

“Os pescadores sempre nos solicitam oportunidades de qualificação e a Manabi, com essa iniciativa, vem atender a essa demanda, que vai auxiliar nas atividades do dia a dia.”

Mauro Rossoni Junior, secretário Municipal de Agricultura, Aquicultura e Abastecimento de Linhares



Programa de desenvolvimento para o mercado de trabalho

Dando sequência às ações de preparação para a oferta das atividades do Programa de Desenvolvimento para o Mercado de Trabalho (PDMT) da Manabi, foram conduzidas em 2014 avaliações de locais onde as aulas poderão ser ministradas em municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Elaborado em 2012, o PDMT tem o objetivo de viabilizar a formação

profissional para as diferentes áreas de trabalho que terão contratações contempladas no momento de implantação dos seus projetos. A iniciativa prevê a qualificação de profissionais dos municípios onde os empreendimentos serão instalados, que contribuirão para a absorção da mão de obra local tanto pela Manabi quanto nas oportunidades que serão geradas no comércio local em decorrência de sua implantação.

"É de extrema importância uma empresa do porte da Manabi se preocupar em contribuir com o desenvolvimento econômico e social. Para nós, é uma satisfação firmar essa parceria. Esse projeto oferece possibilidade de qualificação de recursos humanos, gerando benefícios econômicos e socioambientais para todo o Espírito Santo."

Reinaldo Centoducatte, reitor da Universidade Federal do Espírito Santo



As atividades de capacitação têm início programado para após a obtenção do licenciamento para implantação pela Manabi, o que irá possibilitar a absorção da mão de obra após a conclusão das atividades de formação. A empresa tem convênios firmados com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para possibilitar as ações de capacitação.

Desde abril de 2013, os interessados podem se inscrever para participar dos cursos pelo site www.vagas.com/manabi, onde é possível cadastrar dados pessoais e indicar, entre uma lista inicial de cursos disponíveis, os de maior interesse. O banco de dados, que até janeiro de 2015 tinha cerca de mil cadastros efetivados, será a base para a convocação de pessoal no momento em que forem abertas as turmas de capacitação.

"O projeto vai trazer desenvolvimento na área social, sobretudo para nossos jovens, com os empregos que vão surgir, sem contar com o aumento da arrecadação dos municípios e a movimentação da economia. Estamos atentos às oportunidades e aos benefícios que o projeto vai trazer, principalmente para nós, que dependemos da pesca para sobreviver."

Valdeci Teixeira, presidente da Associação de Pescadores, Moradores e Marisqueiros de Barra Nova Sul, em São Mateus (ES)

"Me preocupo com os impactos, mas vejo o porto como uma oportunidade para nossos jovens. Acredito que, com o programa de qualificação profissional que a empresa vai desenvolver, os jovens terão chances de fazer um curso e arrumar um emprego para agregar valores à comunidade."

José Leite Costa, presidente da Associação de Pescadores e Extrativistas de Degredo

DESEMPENHO AMBIENTAL

The background features a solid light orange color. A thick horizontal orange line spans the width of the page, positioned just above the title. In the lower half of the page, there are three thin, curved orange lines that sweep upwards from the bottom left towards the right, creating a sense of movement and design.



Compromisso com o meio ambiente

Medidas ligadas à sustentabilidade constituem o principal direcionamento da gestão ambiental da Manabi. A valorização do uso consciente dos recursos naturais, identificando-os como um valor do presente e futuro, é um fator considerado prioritário pela empresa.

São cinco os princípios que pautam sua atuação ambiental:

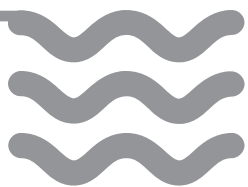
- Atuar de forma responsável e em conformidade com a legislação ambiental.
- Ser proativo nas ações com as partes interessadas.
- Incorporar a variável ambiental em todas as decisões da empresa.
- Promover a melhoria contínua do desempenho ambiental dos seus processos.
- Atuar de forma preventiva para garantir o melhor desempenho ambiental nas atividades da empresa.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Os principais Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para a implantação dos projetos da Manabi foram realizados entre os anos de 2011 e 2013.

Depois de dois anos de **estudos e pesquisas**, em 2014 a Manabi obteve a Licença Prévia (LP) para o projeto Morro do Pilar. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) recebeu parecer favorável da Superintendência de Regularização Ambiental (Supram), órgão que regulamenta a atividade. Já os estudos para o licenciamento do projeto Morro Escuro, protocolados em dezembro de 2012, ainda estão em análise do órgão. O mesmo acontece com o EIA da estrutura logística – mineroduto e porto –, que segue sob avaliação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com a incorporação da construção dos 80 quilômetros de ferrovia ligando a Estrada de Ferro Vitória a Minas ao Porto Norte Capixaba, a Manabi se dedicou em 2014 à elaboração dos Estudos e Relatório para Impacto Ambiental (EIA-Rima) para a implantação do projeto, em fase de conclusão.



Recursos hídricos

Em um período marcado pelas discussões sobre a escassez de recursos hídricos e mudanças climáticas, a responsabilidade sobre as formas de consumo da água foi mantida como relevância predominante para a Manabi.

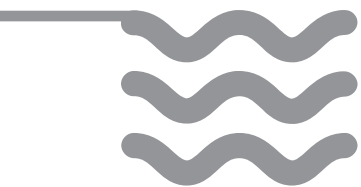
Desde sua fundação, a empresa tem como direcionamento para a condução dos projetos a priorização de meios tecnológicos e processos que permitam um menor consumo de água. Além disso, trabalha no planejamento de ações e identificação de parcerias que terão potencial de contribuir com a oferta de água nas áreas onde seus empreendimentos serão implantados.

A avaliação de um potencial cenário de escassez hídrica, que o Brasil discute no momento, se reflete nas avaliações de acompanhamento dos projetos da Manabi. Riscos relacionados a uma menor disponibilidade de água estão diretamente associados aos projetos da mina e mineroduto e podem se traduzir na forma de aumento de custo dos projetos, na razão direta do aumento do custo da água, ou, ainda, em dificuldade de implantação de estruturas como a do mineroduto, considerando um cenário

extremo de total indisponibilidade do recurso. Mesmo estando garantida pela outorga de água já concedida à empresa – que está dentro dos limites legais possíveis ao uso industrial –, a Manabi detalhou um planejamento para tratar do tema dos recursos hídrico. Feito no modelo Balanced Scorecard (BSC), ele considera como uma das ações prioritárias o envolvimento em iniciativas que visem à proteção de nascentes e a melhoria da qualidade do recurso hídrico. A participação nos comitês de bacia também permite à empresa acompanhar e participar de iniciativas de melhoria das condições da bacia hidrográfica que está relacionada aos seus empreendimentos.

A Manabi busca criar um planejamento minucioso e responsável, com recursos que a permitirão se colocar em uma posição de maior competitividade quando considerado o consumo de água no ramo da mineração.

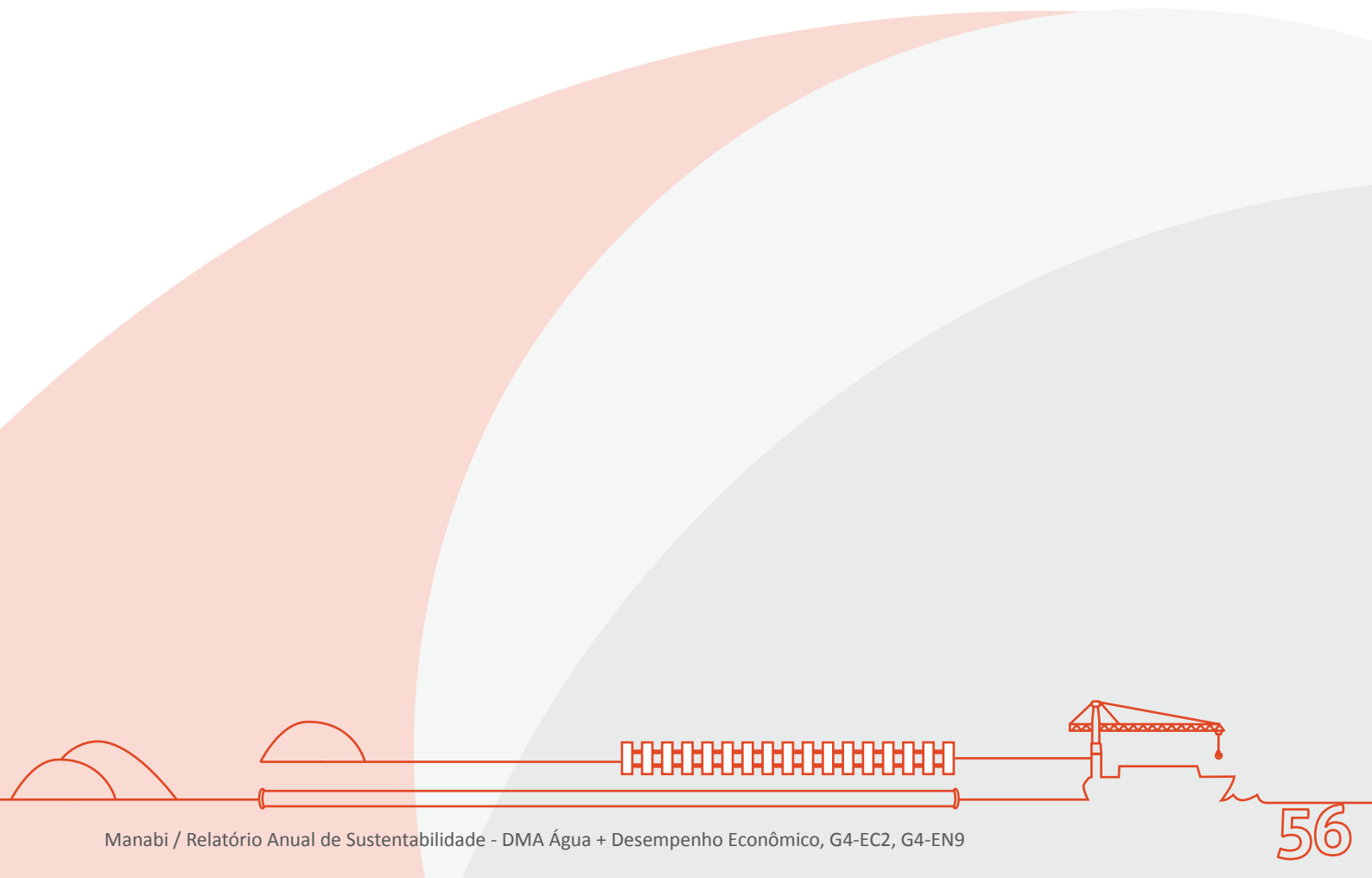
O planejamento estratégico desenvolvido pela Manabi considera os princípios de precaução (p.25), racionalidade no uso do recurso, proatividade, transparência e integração às questões territoriais como base para as suas ações.



O principal foco do planejamento é a prevenção em relação a disponibilidade da água nos territórios onde a Manabi irá atuar. A empresa acredita que a ação é fundamental para permitir que ela conte com recursos e tecnologia necessários para a operação a longo prazo.

A Manabi também tem cadeira efetiva, assegurada por eleição, nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Litoral Centro Norte (ES) e Santo Antônio (MG),

que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos do país. São de responsabilidade desses comitês os processos de regulamentação das outorgas e discussão sobre a gestão da água nas regiões em que estão inseridos. A empresa é detentora de outorga preventiva para uso de percentual de água do Rio Santo Antônio, além de outorga complementar no Rio Preto, concedidas após rigorosas análises pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam), em 2011.





Oferta ampliada e consumo responsável

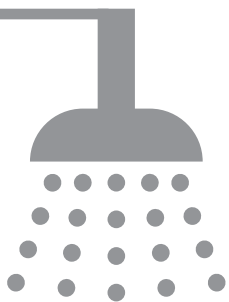
Com foco no potencial aumento da oferta de água na região do projeto em Morro do Pilar, a Manabi irá propor um mapeamento de áreas para recompor a capacidade de absorção de água para a recarga dos lençóis freáticos locais. Com a ação, pode-se aumentar a disponibilidade de água no município.

No âmbito do consumo, a Manabi está ciente da responsabilidade que terá sobre a gestão do recurso hídrico, reduzindo os gastos e buscando conduzir ações de reaproveitamento que assegurem a disponibilidade para a realização de suas operações.

A engenharia foi grande aliada nesse sentido. A planta de beneficiamento foi projetada para maximizar a reutilização da água dentro do próprio processo produtivo. O processo será possível pela realização simultânea das etapas de moagem, concentração mineral e espessamento, onde a

utilização de um reagente permitirá a separação do material sólido da água. Com a ação deste reagente, a água poderá ser utilizada nos mesmos procedimentos sem que haja alteração na performance. A ação assegurará que um litro de água possa ser recirculado até seis vezes, com um índice de reaproveitamento do recurso de 600%.

Também com foco na redução do consumo, a tradicional barragem de rejeitos da indústria mineral será substituída por um sistema de empilhamento drenado na mina de Morro do Pilar. O sistema é resultado de estudos voltados às características físicas dos rejeitos que serão gerados no processo de beneficiamento, de modo que se possa evitar a retenção de água. Dessa forma, a água que deles escoará poderá ser coletada no fundo do espaço destinado ao empilhamento para ser reutilizada no processo. A viabilidade técnica da implantação desse sistema foi



Implantado pela Manabi em 2014, o Centro de Pesquisas de Morro do Pilar (foto) tem capacidade para a simulação de processos industriais que serão realizados na futura usina de beneficiamento e é responsável por fornecer suporte às diferentes áreas que atuam na elaboração do projeto.

comprovada por uma série de testes feitos com os rejeitos gerados no **Centro de Pesquisas de Morro do Pilar**. Além da redução no consumo de água, com a possibilidade de reaproveitamento do recurso, a opção garante maior segurança ao empreendimento, uma vez que as chances de rompimento são fortemente minimizadas com a ausência da água retida numa barragem tradicional.

A empresa também realizou, em 2014, levantamento das nascentes localizadas ao longo dos traçados do mineroduto e da ferrovia que poderiam ser afetadas pelos empreendimentos. A partir do levantamento, serão definidas medidas

de mitigação para as áreas mapeadas.

Com as iniciativas, a Manabi reforça seu empenho em assegurar a disponibilidade de água para o período de operação, uma vez que reconhece o recurso hídrico como indispensável tanto para a realização do processo de beneficiamento do minério que irá produzir, quanto para o transporte do produto por seu mineroduto. Desde que deu início à elaboração dos seus projetos, a empresa monitora a disponibilidade e utilização da água nas áreas onde irá operar como uma etapa que acompanha o desenvolvimento e escolha dos processos mais adequados para serem utilizados na mina, mineroduto e porto.





Biodiversidade

O respeito ao meio ambiente e a preservação das áreas de importância ecológica e formas de vida encontrados dentro de suas áreas de atuação, assim como unidades de conservação próximas ao empreendimento, são direcionamentos considerados pela Manabi para a elaboração de todos os seus projetos. Nas localidades onde será ativada a mina e implantados o mineroduto, porto e ferrovia da empresa, estudos para a compensação das áreas onde intervenções serão realizadas são conduzidos desde 2012. Os levantamentos vão assegurar a preservação de todas as formas de vida encontradas nas regiões, tanto da fauna como da flora, e evitarão impactos na biodiversidade que poderiam interferir de forma negativa na rotina das comunidades locais, como uma possível mudança na frequência de peixes na

região do porto, afetando a rotina de pescadores, por exemplo.

Para o porto, foi elaborado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que contemplou a análise da biodiversidade da área, realizada entre 2012 e 2013. O estudo encontra-se em avaliação pelo órgão ambiental, etapa que antecede a definição dos programas e monitoramentos para a fase de implantação do projeto.

Para a ativação da mina de Morro do Pilar, o levantamento da biodiversidade e estudos de compensação para o bioma mata atlântica foram desenvolvidos pela Manabi em 2014. As ações de compensação consideram áreas que correspondem ao dobro das impactadas. Na fase atual, a empresa também dá sequência às identificações em campo da flora e fauna presentes em áreas ainda não estudadas.





Emissões

Os projetos de mineração têm na mitigação das emissões de poluentes, incluindo gases e materiais particulados, aspecto considerado de extrema relevância tanto para a implantação quanto para a fase de operação. Na busca por eliminar ou reduzir ao máximo as possibilidades de impacto, a Manabi busca as melhores alternativas logísticas e de recursos tecnológicos que permitirão que a empresa seja referência tanto no setor de extração mineral quanto logístico no país. A empresa realiza ações para garantir a boa qualidade do ar nas regiões onde estará inserida por reconhecer o aspecto como indispensável para a manutenção da qualidade de vida e boa saúde humana, além da conservação da flora e da fauna locais. Como decorrência de emissões de gases e materiais particulados, desdobramentos como a interferência na qualidade de materiais, solo e das águas também poderiam ser gerados.

O compromisso com a eliminação de possíveis impactos se fez presente desde as etapas iniciais da elaboração dos projetos. Em todos os casos possíveis, a empresa priorizou escolhas menos poluentes. O mineroduto, por exemplo, traz benefícios consideráveis em comparação a outros meios por eliminar a emissão de dióxido de carbono

(CO²) durante o transporte de minério quando feito por veículos que usam combustíveis fósseis.

Durante a fase de implantação, o controle relacionado à emissão de poluentes será realizado de forma minuciosa pela Manabi, que assegurará o atendimento da legislação nos aspectos relacionados a saúde, meio ambiente e segurança dos trabalhadores e buscará mitigar os impactos nas comunidades vizinhas durante todas as fases de construção.

Para a fase de operação, todas as etapas do processo de extração e transporte mineral realizados pela Manabi também estão voltadas à redução das emissões, mesmo para as opções que já são por si só menos poluentes e com benefícios nesse sentido.

Na mina de Morro do Pilar, a adoção do sistema de multicavas permitirá uma redução da DMT (Distância Média de Transporte), com a conseqüente menor utilização de caminhões e combustível para o transporte do minério na mina. O sistema é constituído por cavas diversas para a disposição de estéril, dispensando a necessidade de que grandes trechos sejam percorridos para o abastecimento de uma única cava. Os estudos para a implantação desse



sistema tiveram início em 2011, quando a primeira cava foi desenhada, e foram finalizados em 2014.

Outro benefício será alcançado com a adoção do processo de britagem semimóvel para a disposição de estéril na mina. Em fase de elaboração, o projeto prevê o uso de um britador ligado a uma correia transportadora, que permitirá que menores distâncias sejam percorridas pelos caminhos responsáveis pelo transporte do material. A Manabi deu início aos estudos para a implantação desse projeto em 2014, quando começaram os estudos sobre as características do estéril que será gerado na mina, que seguem sendo realizados em 2015.

As características do minério extraído pela Manabi também colaboram para a eliminação das emissões. Predominantemente formado por rochas primárias, o estéril resultante do processo de extração da Manabi possui um baixo potencial de geração de particulados e o material resultante do processo deverá ficar restrito às áreas próximas à extração. Dessa forma, medidas mitigadoras, como a implantação de barreiras que dissipam

a energia do vento e a umidificação das pilhas de minério, irão assegurar a concentração do material e serão os principais processos que impedirão a emissão de partículas também no Porto Norte Capixaba.

A Manabi desenvolveu um processo em que a polpa que chega do mineroduto, após passar pelo processo de filtragem, será disposta em pilhas que serão umidificadas com o uso de um polímero (material responsável por formar uma espécie de fina crosta, impedindo que o vento mova as partículas). A Manabi planeja utilizar o mesmo processo para a umidificação das pilhas que serão retomadas para serem transportadas pela linha ferroviária ligada à estação portuária.

Com suas ações, a Manabi vai ao encontro do esforço para a redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo governo brasileiro, que assumiu voluntariamente o compromisso de reduzir de 36,1% a 38,9% das emissões de GEE junto à Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC) sobre Mudança Climática.



Efluentes e resíduos

Visando proporcionar a máxima reutilização e aproveitamento dos materiais gerados durante o processo, a Manabi possui um planejamento com ações de destinação de efluentes e resíduos gerados nas etapas de extração e transporte mineral. A empresa reconhece a destinação e o acondicionamento corretos do lixo como ações fundamentais para garantir a saúde humana e a preservação do meio ambiente. Diante disso, propõe iniciativas para mitigar os perigos tóxicos que podem resultar do seu processo de decomposição.

No Porto Norte Capixaba, serão instalados sistemas de tratamento para 100% dos efluentes dos esgotos e da água resultante da passagem pelo mineroduto. Na mina, o rejeito predominantemente arenoso resultante do processo de extração mineral – que corresponderá à ordem de 65% da massa do minério que alimentará a planta – já teve a primeira oportunidade de destinação identificada para a aplicação na construção civil. A Manabi já iniciou estudos preliminares com o

material, que apresentou viabilidade técnica para a utilização na construção de blocos para pavimentações (blocos intertravados) para vias com baixo fluxo, como em condomínios e parques.

Neste momento, a empresa não relata números absolutos referentes à geração de estéreis e rejeitos, considerando que os mesmos serão determinados na medida da consolidação da curva de evolução de maturidade do projeto, definida ano a ano. Riscos tradicionalmente associados às tradicionais barragens de rejeitos e que consideram impactos sociais e ambientais de seu potencial rompimento estão consideravelmente minimizados pela opção da Manabi de trabalhar com o sistema de empilhamento drenado. Vale ressaltar que o rejeito da mina é inerte, ou seja, não apresenta riscos ao meio ambiente. O sistema de empilhamento drenado dos resíduos na mina, em substituição ao uso da barragem de rejeitos, é outra ação identificada nos esforços da Manabi para utilizar meios mais adequados de armazenamento dos rejeitos gerados no processo (veja pág. 55).

DESEMPENHO ECONÔMICO

The background features a solid light orange color. A horizontal orange line extends from the left edge of the page to the start of the title. Below the title, three large, thin, curved orange lines sweep across the lower half of the page, creating a sense of movement and design.



Desenvolvimento econômico

Tanto para a construção de sua estrutura logística – mineroduto, ferrovia e porto – quanto para a ativação da mina, a Manabi está ciente dos impactos econômicos e demográficos que os processos de implantação e operação terão nas localidades onde esses empreendimentos serão erguidos. Dessa forma, aspectos como o aumento populacional nas localidades estão no foco dos estudos da empresa desde o início da elaboração dos projetos.

Como parte do Estudos de Impacto Ambiental (EIA) desenvolvidos nos últimos dois anos, foram feitos diagnósticos socioambientais que identificaram o perfil sociodemográfico, as principais atividades econômicas das regiões, a situação das finanças públicas, de saúde, de segurança e de educação nos municípios de influência do empreendimento. Além disso, junto às famílias das áreas de interferência direta, foram aplicados questionários socioeconômicos, com objetivo de conhecer melhor o território de atuação. Já na área ambiental, foram estudados os temas bióticos e físicos. Na área da mina destaca-se o impacto em infraestrutura

local, compreendendo as áreas de saúde, segurança e educação como um dos principais temas sociais a serem trabalhados pela Manabi. No Porto, especial atenção deve ser dada à interface com a fauna marinha, especialmente às tartarugas que habitam a área. Nesse sentido, integram o Plano de Gestão Ambiental da Manabi ações proativas para minimizar impactos associados à captura incidental da espécie no período de dragagem para a construção do Porto e para não afetar a circulação ou habitat das tartarugas no período de operação. A empresa busca as orientações dos especialistas nacionais e internacionais no tema e realiza avaliações de experiências exitosas de gestão em outros portos do mundo para aplicar ao seu projeto. Para as estruturas lineares, a interferência em comunidades locais vai além de temas relacionados a emissões, no caso da ferrovia e de uso de recursos hídricos, no caso do mineroduto. Ao revelarem as potenciais variações de parâmetros da região com a implantação do empreendimento, os estudos contribuem para o planejamento de atuação social da empresa e conferem à Manabi a segurança de que as medidas de controle propostas são



adequadas. Vale ressaltar, ainda, que o principal impacto da fase atual do empreendimento é o gerenciamento de expectativas, que vem sendo trabalhado por meio do Programa de Diálogo Social (p.35).

Em uma atuação conjunta com representantes do poder público, a Manabi se engaja para assegurar que as regiões estejam preparadas para receber seus empreendimentos e para que um desenvolvimento econômico estruturado seja propiciado por eles.

Em 2014, em Minas Gerais, foi concluída a elaboração do Plano Diretor Regional do Espinhaço, iniciativa da secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais que contou com uma atuação conjunta entre setores do poder público estadual e municipal e empresas privadas que atuam na região, incluindo a Manabi. Criado com o objetivo de avaliar desafios e potencialidades dos municípios da região – entre eles, Morro do Pilar –, os direcionamentos listados no Plano irão assegurar que um desenvolvimento planejado ocorra naquela região do estado. O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi responsável pela elaboração do documento.

A Manabi avançou, também, nas atividades dos convênios com prefeituras de municípios onde seus

empreendimentos serão implantados, num esforço de preparo dessas comunidades para o momento de instalação dos projetos.

Na região de implantação da mina, foram destinados recursos pela Manabi à prefeitura de Morro do Pilar para o investimento em infraestrutura, elaboração de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, além da execução do plano diretor municipal. Em Santo Antônio do Rio Abaixo, a elaboração do plano diretor municipal também foi patrocinada pela Manabi, que firmou convênios, ainda, para o apoio da reforma do quartel da cidade e para a construção de uma creche – esta última iniciativa priorizada pela prefeitura que terá a elaboração do projeto básico realizada em 2015.

Para a região do mineroduto, os convênios firmados preveem investimentos em infraestrutura nos municípios de Conceição do Mato Dentro – nos distritos de Brejaúba e Santa Rita do Peixe, que serão impactados pela implantação –, Ferros e Açucena. Para as duas últimas cidades e Morro do Pilar, a Manabi será responsável, também, pela elaboração dos planos de manejo e georeferenciamento de suas Áreas de Preservação Ambiental (APA).

A ação prevê estudos aprofundados das características socioeconômicas e geográficas das áreas, que permitirão



uma avaliação mais precisa do impacto do empreendimento nessas localidades. A elaboração dos estudos foi definida pela Manabi em 2014 e será conduzida ao longo de 2015.

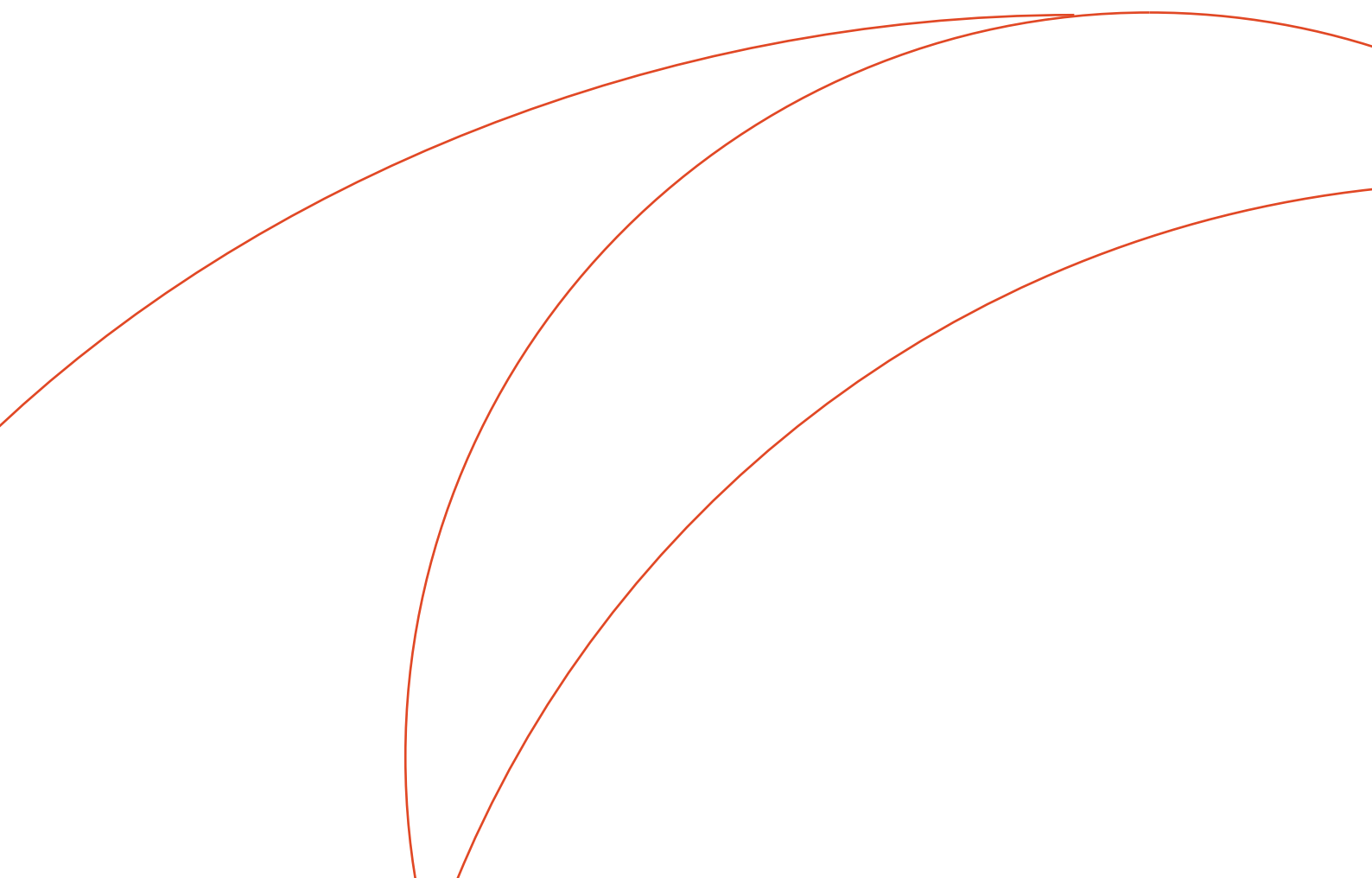
A Manabi mantém, ainda, convênio com a prefeitura de Linhares para apoio na elaboração do Plano

de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Degredo, pela presença de orquídeas raras, vegetação de restinga e fauna terrestre na localidade. A empresa atua no apoio a unidades de conservação, com o direcionamento para a adequação à legislação federal florestal.

PODER PÚBLICO

As parcerias e convênios firmados pela Manabi são resultado de um diálogo aberto e frequente da empresa com representantes das esferas federal, estadual e dos municípios que estão sob as áreas de influência de seus empreendimentos. Com o relacionamento, são encontradas oportunidades de apoio e mitigação de impactos, possibilitada com a adoção de soluções sustentáveis identificadas durante o diálogo.

SUMÁRIO GRI





Sumário de conteúdo GRI

Modelo Essencial G4

Conteúdos padrão gerais	Item	Descrição	Página	Comentários adicionais	Razão para omissão	Verificação externa	Pacto Global
Estratégia e Análise	G4-1	Declaração do decisor mais graduado da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a empresa e sua estratégia de sustentabilidade.	3			Não	
	G4-3	Nome da organização.	5			Não	
Perfil Organizacional	G4-4	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	10 - 14			Não	
	G4-5	Localização da sede da organização.	10			Não	
	G4-6	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especificamente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório.	10			Não	
	G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização.	15			Não	
	G4-8	Relate os mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários).	13			Não	
	G4-9	Porte da organização, incluindo: número total de empregados; número total de operações; vendas líquidas; capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido; quantidade de produtos ou serviços prestados.	16, 17			Não	
	G4-10	Número total de empregados por contrato de trabalho e gênero; número total de empregados permanentes por tipo de emprego e de gênero; percentual de empregados próprios e terceiros que compõem o total da força de trabalho, por gênero; total da força de trabalho por região e por gênero; relate se uma parte substancial do trabalho da organização é realizada por trabalhadores que são legalmente reconhecidos como autônomos ou consultores individuais; relatar quaisquer variações significativas nos números de empregos gerados.	17			Não	Princípio 6
	G4-11	Percentual do total de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.		100% dos empregados foram abrangidos por acordos de negociação coletiva em 2014.		Não	Princípio 3
	G4-12	Descreva a cadeia de fornecedores da organização.	18 - 21			Não	
	G4-13	Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização, inclusive: mudanças na localização ou nas operações da organização, como abertura, fechamento ou ampliação de instalações; mudanças na estrutura do capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital (para organizações do setor privado); mudanças na localização de fornecedores, na estrutura da cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores, inclusive no seu processo de seleção e exclusão.	16			Não	
	G4-14	Relate se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução.	25, 26			Não	
	G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	23,24			Não	
	G4-16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização: tem assento no conselho de governança; participa de projetos ou comissões; contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; considera estratégica a sua participação.	73			Não	



Conteúdos padrão gerais	Item	Descrição	Página	Comentários adicionais	Razão para omissão	Verificação externa	Pacto Global
Aspectos Materiais Identificados e Limites	G4-17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização. Relatar se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório.”	5			Não	
	G4-18	Processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos e como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório	5, 6			Não	
	G4-19	Liste todos os Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	7			Não	
	G4-20	Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização, da seguinte maneira: se o Aspecto é material dentro da organização; se o Aspecto não for material para todas as entidades dentro da organização, selecione uma das duas seguintes abordagens e apresente: a lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no item G4-17 para os quais o Aspecto não é relevante ou a lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no item G4-17 para os quais o Aspecto é relevante; relate qualquer limitação específica relacionada ao Limite do Aspecto dentro da organização.”	7			Não	
	G4-21	Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização, da seguinte maneira: relate se o Aspecto é material fora da organização; se o Aspecto for material fora da organização, identifique as entidades, grupos de entidades ou elementos para os quais o Aspecto é material. Além disso, descreva a localização geográfica na qual o Aspecto é relevante para as entidades identificadas. Relate qualquer limitação específica relacionada ao Limite do Aspecto fora da organização.	7			Não	
	G4-22	Relate o efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.		Não houve reformulações em informações dos relatórios dos anos anteriores.		Não	
	G4-23	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites de Aspecto.	5			Não	
Engajamento de Stakeholders	G4-24	Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	5			Não	
	G4-25	Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	5, 35			Não	
	G4-26	Abordagem adotada pela organização para envolver os stakeholders, inclusive a frequência do seu engajamento, discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	5, 35			Não	
	G4-27	Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatórias; grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas.	5			Não	
Perfil do Relatório	G4-28	Período coberto pelo relatório (p. ex.: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas.	5			Não	
	G4-29	Data do relatório anterior mais recente.	5			Não	
	G4-30	Ciclo de emissão de relatórios.	5			Não	
	G4-31	Informe o ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	74			Não	
	G4-32	Relate a opção “de acordo” escolhida pela organização; relate o Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida; apresente a referência ao Relatório de Verificação Externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação.	68 - 72			Não	
	G4-33	Política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa.	6			Não	
Governança	G4-34	Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possam impactos econômicos, ambientais e sociais.	30 - 32			Não	
	G4-35	Proporção de aumento na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a mediana do aumento percentual anual para todos os funcionários				Não	
Ética e Integridade	G4-56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.	33			Não	Princípio 10



Aspecto Material GRI-G4	Tema material para a Manabi	Descrição (DMA - Formas de Gestão / Indicador)	Página	Comentários adicionais	Razão para omissão	Verificação externa	Pacto Global
Desempenho econômico	Mudanças climáticas e recursos hídricos	DMA - Forma de Gestão	55, 56			Não	
		EC2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades relacionados à mudança climática	55, 56			Não	Princípio 7
Impactos econômicos indiretos	Desenvolvimento das comunidades locais	DMA - Forma de Gestão	64, 65			Não	
		EC7 - Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	64 - 66			Não	
Água	Desenvolvimento das comunidades locais	DMA - Forma de Gestão	55, 56			Não	
		EN9 - Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	56			Não	Princípio 7, 8
Biodiversidade	Biodiversidade	DMA - Forma de Gestão	59			Não	
		EN12 - Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	59			Não	
		MM1 - Quantidade de terras (próprias ou arrendadas, usadas para atividades produtivas ou extrativistas) alteradas ou reabilitadas.		O Programa de Aquisição Fundiária foi iniciado pela Manabi em 2012. Até o final de 2014, a empresa adquiriu o total de 838,36 hectares referentes a imóveis rurais.		Não	
Emissões	Emissões de material particulado	DMA - Forma de Gestão	60			Não	
		EN21 - Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas.			Informação não disponível, uma vez que a empresa encontra-se em fase de planejamento e desenvolvimento de projetos e ainda não iniciou suas operações.	Não	Princípio 7, 8
Efluentes e Resíduos	Rejeitos	DMA - Forma de Gestão	62			Não	
		EN26 - Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização.	62			Não	Princípio 8
		MM3 - Quantidades totais de estéril, rejeitos e lamas e seus riscos associados.	62			Não	Princípio 8



Aspecto Material GRI-G4	Tema material para a Manabi	Descrição (DMA / Indicador)	Página	Comentários adicionais	Razão para omissão	Verificação externa	Pacto Global
Comunidades Locais	Relacionamento com as comunidades locais	DMA - Forma de Gestão	35			Não	
		SO1 - Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	39 - 52			Não	Princípio 6
		MM6 - Número e descrição de conflitos significativos relativos ao uso da terra, direitos consuetudinários de comunidades locais e povos indígenas.		Uma invasão foi registrada em parte de uma das áreas adquiridas, gerando um processo judicial de manutenção de posse. Em tramitação normal, o processo encontra-se atualmente na fase de justificativa e apresentação de defesa pelo réu. A etapa antecede a fase de Decisão.		Não	
		MM7 - Até que ponto mecanismos para encaminhamento de demandas e queixas foram usados para resolver conflitos relativos ao uso da terra, direitos consuetudinários de comunidades locais e povos indígenas, e os resultados.	35			Não	Princípio 6
Combate à Corrupção	Código de Conduta Manabi	DMA - Forma de Gestão	33			Não	
		SO4 - Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	33			Não	
		SO5 - Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	33			Não	
Liberdade de Associação e Negociação	Gestão de fornecedores	DMA - Forma de Gestão	18			Não	
		HR4 - Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.			Informação não disponível. A empresa encontra-se em fase de planejamento e elaboração de projetos e, como ainda não iniciou suas operações, possui uma cadeia de fornecedores essencialmente ligada a serviços de estudos socioambientais e de engenharia.	Não	Princípio 3
Trabalho Infantil	Gestão de fornecedores	DMA - Forma de Gestão	18			Não	
		HR5 - Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.			Informação não disponível. A empresa encontra-se em fase de planejamento e elaboração de projetos e, como ainda não iniciou suas operações, possui uma cadeia de fornecedores essencialmente ligada a serviços de estudos socioambientais e de engenharia.	Não	Princípio 5
Trabalho Forçado	Gestão de fornecedores	DMA - Forma de Gestão	18			Não	
		HR6 - Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.			Informação não disponível. A empresa encontra-se em fase de planejamento e elaboração de projetos e, como ainda não iniciou suas operações, possui uma cadeia de fornecedores essencialmente ligada a serviços de estudos socioambientais e de engenharia.	Não	Princípio 4



Avaliação dos impactos dos fornecedores	Gestão de fornecedores	DMA - Forma de Gestão	18, 19			Não	
		EN33 - Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.			Informação não disponível. A empresa encontra-se em fase de planejamento e elaboração de projetos e, como ainda não iniciou suas operações, possui uma cadeia de fornecedores essencialmente ligada a serviços de estudos socioambientais e de engenharia.	Não	
		LA15 - Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.				Não	
		HR11 - Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.					
		SO10 - Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.					
Reassentamento	Deslocamento de comunidades locais	DMA - Forma de Gestão	35			Não	
		MM9 - Locais onde ocorreram reassentamentos, o número de domicílios em cada um deles e como seus meios de subsistência foram afetados no processo.	35, 43			Não	
Emissões		EN19 - Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).		Quando iniciar suas operações, a Manabi não usará produtos que contenham clorofluorcarbonetos. A empresa utilizará somente produtos que obedecem à resolução Conama 267/00.		Não	Princípio 9
Presença de Mercado		EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	18			Não	Princípio 6
Presença de Mercado		EC6 - Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	18			Não	Princípio 6
Emprego	Pacto Global (indicadores não materiais relatados)	LA3 - Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.		Dois empregados tiveram afastamento por licença paternidade e duas empregadas por licença maternidade em 2014. A taxa de retorno ao trabalho foi de 75%.		Não	Princípio 6
Saúde e Segurança no Trabalho		LA4 - Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva.		Considerando o status pré-operacional de suas atividades, ainda não há estabelecido, no âmbito dos acordos de negociação coletiva, prazo mínimo de notificações referentes a mudanças operacionais.		Não	Princípio 3
Treinamento e Educação		LA11 - Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional.		A empresa ainda não possui programa estruturado para desenvolvimento de carreira.		Não	Princípio 6
Igualdade de remuneração entre homens e mulheres		LA13 - Razão matemática do salário e remuneração entre homens e mulheres, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.			Não é possível realizar a comparação, uma vez que o quadro de empregados da Manabi não possui atualmente frequência de homens e mulheres no mesmo posto de trabalho.	Não	Princípio 6



Anexo G4-16

Entidade	Vínculo
Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra)	Integrante - GT de Comunicação e Relações Institucionais
Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Morro do Pilar	Integrante – membro titular
Comitê de Bacia do Litoral Centro Norte (ES)	Integrante – membro titular
Comitê de Bacia do rio Santo Antônio (MG)	Integrante – membro suplente
Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes)	Integrante
Agência Desenvolvimento de Linhares (Adel)	Membro do Conselho Operacional
ES em ação	Membro do Conselho Operacional Membro do Comitê de Logística Membro do Comitê de Meio Ambiente

A Manabi é filiada ao Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra) e ao Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e é signatária do Global Compact.



Expediente e Endereço

Coordenação

Gerência Geral de Sustentabilidade

Redação

Gabriel Assunção

Edição

Lilian Ribas

Projeto gráfico e diagramação

Marina Godinho

Fotos

Arquivo Manabi

Facilitadores

Alessandra Peixoto, Bruno Marques, Carmelita Bretas, Edmar Borralho, Elaine Alves, Jairo Guerrero, Jaqueline Abreu, Marcos Sampol, Renata Salgado, Thomaz Volpe e Udo Gebrath

Consultoria GRI

BSD Consulting

MANABI S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Manabi S.A. (matriz)
Endereço: rua Humaitá, 275, 10º andar -
Humaitá - CEP: 22.261-005

Belo Horizonte - MG

Manabi S.A. (filial)
Endereço: rua Bernardo Guimarães, 245,
11º andar - Funcionários -
CEP: 30.140-080

Morro do Pilar - MG

Manabi S.A. (filial)
Endereço: rua Vila Maria Amélia, 595 -
Usina - CEP: 35.875-000

MANABI LOGÍSTICA S.A.

Linhares - ES

Manabi Logística
Endereço: avenida Rui Barbosa, 966 -
Centro - CEP: 29.900-070

Rio de Janeiro - RJ

Endereço: avenida das Américas, nº
1.155, sls. 1.511, 1.512 e 1.513,
Barra da Tijuca

MORRO DO PILAR – MINERAIS S.A.

Belo Horizonte - MG

Morro do Pilar Minerais S.A. (matriz)
Endereço: rua Bernardo Guimarães, 245,
11º andar - Funcionários -
CEP: 30.140-080

DUTOVIAS DO BRASIL S.A.

Belo Horizonte - MG

Morro do Pilar Minerais S.A. (matriz)
Endereço: rua Bernardo Guimarães, 245,
11º andar - Funcionários -
CEP: 30.140-080

Para *feedback*
ou perguntas
sobre este
relatório,
entre em
contato
pelo e-mail
[faleconosco@
manabi.com](mailto:faleconosco@manabi.com)
e 0800
7711434.

